



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

**MARIA AUXILIADORA MARCOLINO DA SILVA**

**TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM CIDADES DO MACIÇO DE  
BATURITÉ/CEARÁ**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2017**

MARIA AUXILIADORA MARCOLINO DA SILVA

TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM CIDADES DO MACIÇO DE  
BATURITÉ/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientadora: Dra. Luzia Neide Menezes  
Teixeira Coriolano

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Maria Auxiliadora Marcolino da.

Turismo rural e agricultura familiar em cidades do Maciço de Baturité [recurso eletrônico] / Maria Auxiliadora Marcolino da Silva. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 123 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientação: Prof.ª Ph.D. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

1. Maciço de Baturité. 2. Turismo Rural. 3. Agricultura Familiar. 4. Desenvolvimento Local. I. Título.

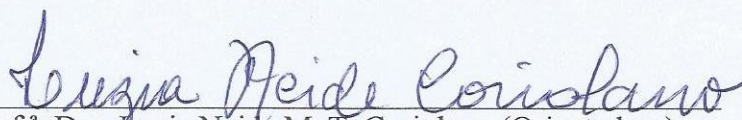
MARIA AUXILIADORA MARCOLINO DA SILVA

TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM CIDADES DO MACIÇO DE  
BATURITÉ/CEARÁ

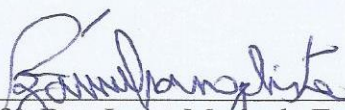
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 07 de fevereiro de 2017.

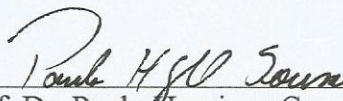
BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.<sup>a</sup> Dra. Izaira Machado Evangelista  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE



Prof. Dr. Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Aos meus pais Manoel Marcolino da Silva e Antonia Maria da Conceição, ao meu filho Thiago Patrício Marcolino, como também à Dra. Luzia Neide Menezes Coriolano (Orientadora).

Aprendi com vocês a ter força necessária para realizar o que sonhava.

Aprendi com vocês a ter a força que me capacita e impulsiona a realizar todos os projetos de vida.

Obrigada pelo amor e exemplo, amo vocês!

Aos amigos que de alguma forma me incentivaram a correr atrás do que acreditava.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu a vida, inteligência e me supriu de energia, fé, confiança, determinação e ímpeto para correr atrás dos sonhos. Parafraseando Neruda, morre lentamente quem não vira a mesa quando está infeliz com o trabalho, quem não arrisca o certo pelo incerto para ir atrás de um sonho, quem não se permite, pelo menos uma vez na vida, fugir dos conselhos sensatos. Morre lentamente quem passa os dias queixando-se da má sorte ou da chuva incessante. Morre lentamente quem abandona o projeto antes de iniciá-lo. Apesar de viver em uma sociedade contraditória que se perpetua, acredito que, pelas atitudes contestatórias à mesma, como também pela exposição das contradições, se possa mudá-la e criar novo mundo de justiça e igualdade. Não se pode ser indiferente e pensar somente em si mesmo, pois como disse Gramsci “viver significa tomar partido”. Não podem existir apenas homens estranhos á cidade. Quem verdadeiramente vive não há deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida.

Agradeço à Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, que, além de me orientar nesta dissertação, acreditou em mim e com muita paciência, me serviu de exemplo de sapiência, generosidade, atitude perante as coisas, busca de crescimento intelectual. Guerreira, soube respeitar pensamentos, opiniões, limitações e objetivos com serenidade louvável de verdadeira mestra. Agradeço pela serenidade, disponibilidade, como também pela paciência em idas e voltas com as correções.

Ao meu Pai (*in memoriam*), que sempre lutou pela educação dos filhos com perseverança, amor, honestidade, responsabilidade pela família. Pai presente, excelente pai, que Deus o tenha no céu. À mãezinha querida, que vive somente para a casa e filhos. Mulher forte. Ao meu filho Thiago, irmã Luíza com todo amor, carinho e compreensão, pelo incentivo aos estudos e sonhos, é que sempre acreditaram em mim, e me ajudaram a superar as dificuldades do caminho, rumo à educação, metas e desejos.

Aos grandes amigos: Helena, Conceição Gisele, Sonale, Silvânia, Norma, José Hugo, Leonardo, Norberto, Fernanda, Silvia Timbó e Fatinha Carvalho e Fátima Feitosa que me ajudaram de diferentes formas, desde o incentivo ao ingresso no mestrado, com conselhos sinceros, gestos e amizade.

Às grandes companheiras na empreitada do curso de mestrado, Sonale, Elaine, parceiras de lutas, alegrias, angústias, estudos, na realização deste trabalho.

Aos professores: Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano (Orientadora), Dra. Izaíra Machado Evangelista e Dr. Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa, por aceitarem fazer parte da banca examinadora de defesa de dissertação.

À EMATERCE que me deu subsídios para a concretização do projeto de pesquisa.

À Fernanda, ao Gildo, às pessoas, às instituições e órgãos pela cessão de seu tempo, na elaboração deste trabalho, em especial aos funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

A quem que, de alguma forma, contribuiu para a realização deste trabalho.

“Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo, a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer”.

(Paulo Freire)



## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto o estudo de cidades do Maciço de Baturité e a análise do desenvolvimento do turismo rural e agricultura familiar em Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia. Questiona-se a realidade dos espaços rurais e as dificuldades de produtores tendo como empíricas as atividades agrícolas e não agrícolas do Maciço de Baturité, agricultura familiar, turismo rural e artesanato. No que se refere à metodologia, a opção é pelo método dialético, na concepção de que os fatos e fenômenos se relacionam entre si, por constituírem totalidade, evita-se dicotomias, para melhor compreensão dos conflitos e contradições do espaço rural. Realizou-se pesquisa institucional e levantamento bibliográfico, além de pesquisa de campo onde se entrevistaram empreendedores do turismo rural, em propriedades de agricultura familiar, artesãos e agricultores. A dissertação estrutura-se em quatro partes: na primeira, apresenta-se o plano de dissertação; na segunda, mostra-se o olhar científico sobre o espaço rural e o surgimento da agricultura familiar, em resistência à convencional, à agricultura comercial degradadora; tem-se a vulnerabilidade da agricultura familiar, por não contar com políticas de apoio. No terceiro item, apresentam-se os dados da pesquisa de campo, e a parte original do estudo, sobre os achados da pesquisa; tendo-se a realidade da agricultura familiar e do turismo rural nos municípios de Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia. Os resultados apontam que a agricultura familiar encontra-se desarticulada do turismo rural, nas regiões estudadas: Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia, cidades que buscam atividades não agrícolas como forma de se manterem no local e conseguirem renda para sobrevivência. Conclui-se que as transformações das atividades de lazer e turismo, sobretudo em Guaramiranga e Pacoti, produziram impactos, no ritmo de vida dos residentes e na produção econômica do lugar.

**Palavras-chave:** Maciço de Baturité. Turismo Rural. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Local.

## ABSTRACT

This dissertation aims to study the cities of the Baturité Massif and the analysis of the development of rural tourism and family farming in Baturité, Guaramiranga, Pacoti and Palmácia. It is questioned the reality of the rural spaces and the difficulties of producers having as empirical the agricultural and non-agricultural activities of the Baturité Massif, family farming, rural tourism and handicrafts. Regarding methodology, the option is the dialectical method, in the conception that the facts and phenomena are related to each other, because they constitute totality, avoiding dichotomies, to better understand the conflicts and contradictions of the rural space. Institutional research and bibliographical research were carried out, as well as field research where rural tourism entrepreneurs were interviewed, in family farming, craftsmen and farmers. The dissertation is structured in four parts: in the first, the dissertation plan is presented; In the second one, the scientific perspective on rural space and the emergence of family agriculture, in resistance to conventional, degraded commercial agriculture, are shown; There is the vulnerability of family agriculture, because it does not have support policies. In the third item, we present the data of the field research, and the original part of the study, about the findings of the research; With the reality of family agriculture and rural tourism in the municipalities of Baturité, Guaramiranga, Pacoti and Palmácia. The results show that family farming is disjointed from rural tourism in the regions studied: Baturité, Guaramiranga, Pacoti and Palmácia, cities that seek non-agricultural activities as a way of staying in the place and obtaining income for survival. It is concluded that the transformations of leisure and tourism activities, especially in Guaramiranga and Pacoti, had an impact on the rhythm of life of the residents and on the economic production of the place.

**Keywords:** Massif de Baturité. Rural Tourism. Family Farming. Local Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo da pobreza .....	44
Figura 2 – Microrregiões turísticas inclusas nas três fases do PRODETUR-CE .....	57
Figura 3 – Macrorregião de Baturité .....	60
Figura 4 – Placa informativa da APA da Serra de Baturité .....	63
Figura 5 – Dissecamento do relevo da vertente oriental úmida do Maciço .....	64
Figura 6 – Antiga estação ferroviária – museu municipal .....	65
Figura 7 – Maria fumaça da estação ferroviária de Baturité .....	66
Figura 8 – Localização do município de Baturité .....	69
Figura 9 – Mosteiro dos jesuítas no município de Baturité .....	70
Figura 10 – Vista aérea de Guaramiranga .....	73
Figura 11 – Divulgação do Festival Jazz & Blues .....	74
Figura 12 – Trabalho no café .....	76
Figura 13 – Café de sombra na Fazenda Floresta em Guaramiranga .....	77
Figura 14 – Principais pontos da Rota do Café Verde no Maciço de Baturité .....	78
Figura 15 – Banner da Rota do Café Verde na Fazenda Floresta .....	79
Figura 16 – Produtos da Fazenda Floresta em Guaramiranga .....	80
Figura 17 – Banco de mudas em Guaramiranga .....	81
Figura 18 – Estufa de flores em Guaramiranga .....	82
Figura 19 – Vista do Pico Alto em Guaramiranga .....	83
Figura 20 – Igreja matriz de Guaramiranga .....	84
Figura 21 – Vista panorâmica de plantação de chuchu prejudicada por pragas .....	86
Figura 22 – Produção de chuchu prejudicada por pragas em Pacoti .....	86
Figura 23 – Praga na folha do chuchuzeiro em Pacoti .....	87
Figura 24 – Restaurante e pizzaria em Pacoti .....	88
Figura 25 – Canteiro de alface em Pacoti .....	88
Figura 26 – Balneário Lagoa Bar em Palmácia .....	93
Figura 27 – Oficina de artesanato em Palmácia .....	95
Figura 28 – Artesão expondo as peças produzidas .....	95
Figura 29 – Sitio Arapuca em Palmácia .....	98
Figura 30 – Sitio Vila Chalés/ Pacoti .....	99
Figura 31 – Sitio Vila Chalés/ Pacoti .....	100
Figura 32 – Chalé Damasco .....	101

Figura 33 – Chalé Mostarda.....	101
Figura 34 – Restaurante do Chalé Nosso Sítio - Pacoti .....	102
Figura 35 – Fazendinha no chalé Nosso Sítio em Pacoti.....	103
Figura 36 – Passeio no lago.....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
COMCAFÉ	Cooperativa Mista dos Cafeicultores Ecológicos do Maciço de Baturité
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAMAB	Cooperativa de Produtores Agropecuários do Maciço do Baturité Ltda.
COPA	Cooperativa dos Piscicultores do Açude Aracoiaba
COPAC	Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara Ltda.
COPACAJU	Cooperativa Central de Pacajus
COPASAT	Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEDAF	Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESTUR	Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural
IMVAF	Índice Municipal de Vulnerabilidade da Agricultura Familiar
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Europeia
PDRS	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza -
SAF/MDA	Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SINE	Sistema Nacional de Empregos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>O OLHAR CIENTÍFICO SOBRE O ESPAÇO RURAL.....</b>	<b>22</b>
2.1	LUTA HISTÓRICA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
2.2	A VULNERABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	40
2.3	PROGRAMAS PÚBLICOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	46
2.4	AÇÕES DO PRODETUR III NO MACIÇO DE BATURITÉ.....	55
<b>3</b>	<b>O MACIÇO DE BATURITÉ: AGRICULTURA FAMILIAR E TURISMO RURAL.....</b>	<b>59</b>
3.1	BATURITÉ: CAPITAL DO MACIÇO E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	69
3.2	ROTA DO CAFÉ E O TURISMO EM GUARAMIRANGA.....	73
3.3	PACOTI: CULTIVO DE CEREAIS E FLORES.....	85
3.4	PALMÁCIA E A ARTICULAÇÃO DE AGRICULTURA, ARTESANATO E TURISMO.....	89
3.5	TURISMO RURAL EM COMUNIDADES COM AGRICULTURA FAMILIAR.....	96
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>118</b>
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	119
	APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA EMATERCE.....	121
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO EMATERCE.....	122

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objetivo de investigar o turismo rural e a agricultura familiar, nos municípios Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia, no Maciço de Baturité.

O objeto é o contexto do Maciço de Baturité para compreensão do espaço rural, o turismo rural com agricultura familiar, em destaque na região. Estudam-se questões relacionadas à agricultura familiar e ao turismo rural, atividades geradoras de recursos econômicos. No Maciço, famílias desenvolvem as atividades de forma colaborativa, associativa e em parceria com a Ematerce.

Desde a associação em busca de sobrevivência, os seres humanos desencadearam múltiplas formas de apropriação da natureza, com diferentes tipos de uso por meio do trabalho, no espaço rural, objeto da investigação. A sociedade vive processos de mudanças e de evolução pelo trabalho humano, nas cidades e meio rural.

O trabalho para satisfação das necessidades, cada vez mais aprimorado, é aperfeiçoado pelas técnicas, desde artesanais para a caça e a pesca, aos instrumentos modernos, robô, computador, celular, em auxílio do trabalhador. Assim, surgem atividades individuais e coletivas, tarefas divididas de acordo com as circunstâncias espaciais, identificadas como divisões sociais do trabalho.

Trabalho, em latim, *tripalium*, *trabacula*, termos associados a instrumentos de tortura, usados pelos romanos para obrigar escravos ao trabalho que, como ideia de sofrimento, dá lugar à ideia de esforço e luta pela produção e subsistência. Até a Idade Média, trabalhavam negros e servos, só na modernidade o trabalho é valorizado (MEDEIROS, 2006, p.48).

Na Antiguidade, as atividades penosas eram destinadas aos subalternos, escravos, tendo o trabalho como castigo, ato indigno a homens livres que se dedicam à ciência e às artes. Na Idade Média, são servos os trabalhadores, pois nobreza e pessoas livres não trabalhavam. No feudalismo, a atividade agrícola era praticada em feudos ou porções de terras, onde se produzia apenas o necessário à nobreza e aos servos sem preocupação com excedente (MEDEIROS, 2006).

Servos eram a casta mais baixa, até mais que artesãos. A agricultura, apenas para subsistência, e camponeses lidavam com a terra. O comércio não tinha se fortalecido, à época, sem o uso de moeda, com prevalência de trocas e



escambos. Os produtos cultivados eram adquiridos pelo escambo ou trocas. Na modernidade, as atividades humanas se facilitam pelas invenções técnicas e a agricultura melhora com o uso de instrumentos técnicos (FERRARI; NASCIMENTO; MARTINS, 2002).

Os temas turismo rural e agricultura familiar ganham espaço como objetos de investigações e se dizem meios de sobrevivência de agricultores do Maciço de Baturité, área agrícola, especial por ser de Serra e propícia ao turismo. O turismo tem ajudado a dinâmica da economia. Os espaços rurais são produtivos, geram benefícios econômicos que contribuem para a melhoria das famílias, nem sempre com conservação do ambiente e comunidades, pois o capitalismo é um modo de produção de impactos, degrada o solo e discrimina as classes sociais. A realidade é visível: famílias ricas têm as casas como segundas residências e famílias de agricultores vivem do trabalho da terra. O turismo rural é atividade coexistente com as tradicionais e oferece oportunidade de geração de trabalho e ganhos, de forma incipiente.

O estudo e a pesquisa da dissertação realizam-se em comunidades de agricultura familiar e firmam-se no campo, com proposta de ampliação de negócios no espaço rural e implementação da atividade turística. Considera-se o turismo rural nicho de mercado que agrega valor à produção e oferece alternativas viáveis de comercialização de produtos da agricultura familiar, em muitas áreas usadas de forma orgânica.

O Maciço abrange os municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara, em área de 3.707,3 km<sup>2</sup> - o que corresponde a 2,5% do Estado do Ceará segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2014). Mas nem todos os municípios produzem agricultura familiar e recebem turistas.

Pelas feições geomorfológicas, o Maciço é dividido em Platô Úmido, Vertente Oriental Úmida, Vertente Meridional Subúmida, Vertente Ocidental Semiárida e Vertente Setentrional Subúmida/Semiárida (CEARÁ, 2002), denominado popularmente de serra. A vertente úmida é propícia ao turismo e à agricultura, em que se localizam os municípios com influência do mar – barlavento, enquanto, na vertente seca, sotavento, voltada para o sertão, a agricultura é praticada com maiores dificuldades.

O turismo é atividade econômica em expansão, em países considerados ricos, e nos periféricos, o que tem incentivado o desenvolvimento do Ceará. Diversos municípios e lugares oferecem possibilidade de desenvolvimento do turismo com postos de trabalho que geram meios de subsistência, sobretudo em lugares pobres. O Maciço desenvolve o turismo como atividade complementar, como opção também das políticas públicas do Estado do Ceará.

Para desenvolver-se o turismo de forma sustentável, fazem-se necessários estudos, organizações estruturais, investimentos, a fim de oferecer ao visitante não apenas a estada, mas bem-estar, comodidade e oportunidade de conhecimento dos lugares visitados, rurais, sobretudo, convívio com pessoas do campo e oportunidade de experiências prazerosas e enriquecedoras.

Os espaços têm servido ao desenvolvimento do turismo, urbano e rural. Ao se relacionar o espaço urbano com o rural, verifica-se ser a concentração de famílias substancialmente menos numerosa neste, que naquele, como também densidade de ocupação. Assim, cidades pequenas do meio rural tornam-se aconchegantes, diferentes das grandes que a muitos causam insegurança. As cidades do Maciço guardam especificidade.

Por muito tempo, acreditou-se que, no meio rural, as atividades econômicas se relacionavam com o setor primário, agricultura, pecuária e extrativismo, e, no espaço urbano, ficavam indústrias. Entretanto verifica-se que a diferenciação foi modificada pela evolução das atividades capitalistas havendo interferência do urbano no rural e vice-versa.

O espaço rural identifica-se como de menor intervenção humana, com paisagem dominada pela natureza, não totalmente urbanizada. O modo de vida das organizações sociais rurais é diferenciado do modo de vida urbano, assim como o de trabalho e de entretenimento. O espaço rural tem aspectos diferenciados do urbano, com peculiaridades funcionais próprias, o que delineia tipos e formas de investimentos distintos, sobretudo na produção de habitações, com maior integração entre o espaço natural e o dos residentes.

Predomina, nesse espaço, a agricultura referente às práticas de cultivo agrícola de produção de cereais para alimentação humana, com manejo ordenado do conjunto de atividades e operações organizadas, desde a preparação da terra, até o plantio e colheita dos produtos. A roça é o símbolo de destaque do espaço rural.

As pessoas querem encontrar maneira eficaz, produtiva e compensadora de trabalho. Sozinhas ou em equipe, necessitam de ações de troca de informações, que envolvam ações corporativas estratégicas que contribuam para a prática da vida organizacional focada na qualidade de vida pessoal, e na busca de resultados legítimos da produtividade, do trabalho e da vivência de cidadania.

A busca pelos ambientes rurais para lazer tem crescido em muitos países, atraindo turistas com raízes em áreas rurais. Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural - IDESTUR (2014), calcula-se que pelo menos, 3% dos turistas mundiais orientam as viagens de turismo rural que, para o Instituto, apresenta crescimento anual de aproximadamente 6%, o que mostra que o turista não é apenas mero expectador de viagens, mas quer interação com os visitados. Torna-se protagonista, deseja efetivamente vivenciar a cultura, usufruir experiências nos lugares visitados, fazendo crescer também o número de produtos oferecidos aos turistas.

Na agricultura convencional, a força de trabalho se tem na condição de assalariado, que presta serviços a empreendedores, enquanto, na familiar, a força de trabalho é a própria família. Assim ocorre nas cidades do Maciço de Baturité. A agricultura familiar tem os membros da família como investidores, à frente dos negócios. No turismo rural, o dono da propriedade juntamente com os familiares são anfitriões.

Nos últimos 30 anos, o turismo tem expandido as atividades por todo o País. Embora o Ceará tenha optado pelo turismo de sol e praia, tem crescido, no território cearense, o turismo rural, com exploração de riquezas naturais e culturais de fazendas históricas, paisagens agrícolas e da gastronomia típica do meio, e oferece oportunidade de experiência e vivências apreciadas pelos visitantes do campo. Os anfitriões recebem os turistas com hospitalidade proporcionando-lhes experiências inesquecíveis, por serem vivências com pessoas do campo e de aproximação com a natureza.

A escolha do Maciço justifica-se pela proximidade com Fortaleza, com oferta de turismo com atrativos diferenciados, a começar pelo clima de serra e agricultura familiar.

A opção pelo estudo justifica-se pela importância da região. O governo do Ceará tem a indústria, agronegócio com agricultura moderna e de irrigação e o turismo convencional como atividades prioritárias, ficando serras e sertão carentes

de políticas, em especial de turismo, segundo Coriolano (2006). O Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR – na fase III – insere o Maciço como área turística abrindo possibilidades de recebimento de investimentos.

Apesar das dificuldades para sertanejos e serranos, a agricultura familiar e o turismo rural estão em processo de implementação, no Maciço, e, para melhor entendimento da realidade das atividades, elaboraram-se os seguintes questionamentos:

- Qual a realidade do espaço rural do Maciço de Baturité?
- Como a agricultura familiar consegue subsistir no Maciço?
- Como se realiza a agricultura familiar no Maciço de Baturité?
- Qual a oferta de turismo rural associada à agricultura familiar no Maciço?
- Quais os avanços e as dificuldades do turismo rural no Maciço?

Com base na realidade e nos questionamentos, o objetivo geral é a análise do desenvolvimento do turismo rural, com base na agricultura familiar.

Objetivos específicos:

- Conhecer a realidade do espaço rural do Maciço;
- Compreender a prática da agricultura familiar e como as famílias subsistem;
- Identificar os municípios que trabalham com o turismo rural aproveitando a agricultura familiar;
- Identificar produtos rurais cultivados e como se direcionam ao turismo;
- Conhecer a demanda, avanços e dificuldades do turismo rural no Maciço de Baturité.

No que se refere à metodologia, a opção é pelo método dialético, na concepção de que os fatos e fenômenos se relacionam entre si, por constituírem totalidade. Deseja-se evitar dicotomias, para melhor compreensão dos conflitos e contradições do espaço rural. O método privilegia o princípio do diálogo, da discussão, da contradição, na busca da verdade científica absoluta e relativa, pela condição provisória e pela análise crítica. Assim, é o método que questiona, contesta, opõe-se ao dogmatismo, reducionismo, busca compreender os fatos de forma analítica e, assim, explica a realidade. Mostra, nesse sentido, que a realidade não é estática, mas segue o movimento das contradições. A realidade em ação constitui a tese, e a oposição crítica da realidade da agricultura moderna e técnica constitui a antítese. O movimento das contradições mostra os conflitos, o modo de

pensar a realidade, como essencialmente contraditória e em permanente transformação, indicando o choque das ideias do espaço rural estudado. (BARBOSA, 2001, p. 159).

No método dialético, a crítica é o principal instrumento de análise, e assim apropriado aos objetivos propostos de análise da agricultura familiar, turismo rural como contraponto à agricultura comercial e turismo convencional.

A pesquisa científica parte dos questionamentos levantados, ou seja, do problema e da realidade caótica a ser investigada. Delimita-se a área de investigação: municípios do Maciço, especificamente os que desenvolvem agricultura familiar e turismo rural, a exemplo de Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia, e por fim apresenta-se a sistematização dos procedimentos da pesquisa, na busca de dados e informações sobre o problema.

Com base em estudos teóricos, explica-se a realidade, fundamental na pesquisa documental e de campo. A revisão da literatura define conceitos-chaves na análise: espaço rural, agricultura familiar, turismo e turismo rural. Consultaram-se livros e publicações científicas. A pesquisa institucional leva a banco de dados e publicações oficiais. Os dados documentais pesquisaram-se em órgãos públicos como EMATERCE, secretarias municipais e associações de agricultores.

A pesquisa de campo faz-se com agricultores de municípios do Maciço, junto a empreendedores do turismo rural com propriedades de agricultura familiar. A abordagem é quanti/qualitativa.

As entrevistas realizaram-se entre os meses de julho a setembro de 2016, com proprietários, e indagações sobre os problemas da agricultura familiar, nas propriedades, e sobre as condições das famílias que fazem a agricultura familiar e turismo rural. As entrevistas tiveram o propósito de obtenção de dados com líderes e gestores, sobre as atividades. O acesso aos documentos disponibilizado pelos representantes dos órgãos públicos favorece a investigação e proporciona suporte às análises e informações pertinentes.

A dissertação estrutura-se em quatro partes. Na primeira, plano de dissertação; na segunda, um olhar científico sobre o espaço rural e surgimento da agricultura familiar em resistência à convencional, em reação à agricultura comercial degradadora. Mostra a vulnerabilidade da agricultura familiar, visto ser alternativa de resistência, por não contar com políticas de apoio. No terceiro item apresentam-se dados da pesquisa de campo. E parte original do estudo, por conter achados da

pesquisa. Tem-se a realidade da agricultura familiar e do turismo rural nos municípios de Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia, e, no item seguinte, a Conclusão.

## 2 O OLHAR CIENTÍFICO SOBRE O ESPAÇO RURAL

Inicia-se o estudo definindo espaço rural uma das categorias de análise. Insere-se na realidade socioespacial do Maciço, na relação entre o rural e o urbano e entre a sociedade e a natureza. No espaço rural, os sistemas sociais e naturais interagem em dinâmicas com a lógica rural, diferente da lógica urbana. Desse modo, Milton Santos (2000) propõe substituir a clássica divisão rural e urbano, no Brasil, pela divisão em dois grandes subtipos:

Os espaços agrícolas e os espaços urbanos, as regiões agrícolas e não rurais contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais, assim teríamos áreas agrícolas contendo cidades adaptadas as suas demandas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas (p.56).

A atuação do componente do sistema natural desde a variação climática, diferentes formas de relevo, rede hidrográfica, tipos de solo, formações vegetais, além dos diferentes sistemas produtivos, desde a agricultura convencional à familiar e orgânica, mostram resultados diferenciados na complexidade ambiental, e especificidades do espaço rural. As características e diversificações das diferentes ruralidades põem o rural no cerne da discussão ambiental. O rural, pois, não é estático, mas passa por movimento e mudanças. (JANICE; LEONARDO, 2007).

A palavra rural é oriunda do latim *rurale*. Disposto como: “pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo; agrícola.” (FERREIRA; FERREIRA; ANJOS, 2010, p. 1866). Existem universalmente definições sobre meio rural, objeto de estudo dos geógrafos. A definição de meio rural adotada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO/DAS (1998, apud ABRAMOVAY, 2003, p. 24), é relevante por desfazer mitos.

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura.

A característica principal de áreas rurais é a rarefação<sup>1</sup> populacional, mas também a distância das aglomerações urbanas (VEIGA, 2001). São importantes características do rural: relação com a natureza e dependência das atividades econômicas de cidades próximas ou de centros urbanos distantes, e em países

---

<sup>1</sup> Ação de tornar menos denso, numeroso ou frequente.

pouco desenvolvidos como o Brasil, o dinamismo das economias rurais depende essencialmente da relação com os mercados urbanos (KAGEYAMA, 2004; WANDERLEY, 2001).

O rural considera-se território de alterações ao longo do tempo, adaptando-se a novos contextos e realidades, para garantia de mudança do capitalismo. Mas, ao mesmo tempo, é espaço de resistências, diferenciado, específico, em relação ao espaço físico e aos modos de vida. É também dinâmico e contraditório, com particularidades históricas, sociais, econômicas e culturais (KAGEYAMA, 2004; WANDERLEY, 2001). Embora os espaços rurais apresentem semelhanças entre si, caracterizam-se pela imensa diversidade, podendo-se estabelecer tipologias explicativas que abranjam diversidades. A ideia de rural como local de atraso já não se adequa à realidade, visto que a modernização do campo trouxe a aplicação de tecnologias avançadas para o espaço e as atividades urbanas chegam ao campo.

Abramovay (2003), em defesa de que a perspectiva de que a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, cita aspectos do ruralismo, expondo não só a importância, mas a relação com as cidades: a relação com a natureza, à relativa relação com as cidades. Os aspectos dizem respeito ao contato que áreas rurais permitem aos habitantes, como com a natureza, diferente das áreas urbanas. As relações ocorrem pelo fator ético afetivo, e pela perspectiva de nova fonte de geração de renda, pela demanda pelos valores de amenidades como ar puro, florestas e relações próximas entre as pessoas. Com a visão do rural como espaço a ser preservado, desencadeiam políticas, manejos e explorações sustentáveis, quanto à biodiversidade das práticas produtivas. O rural aponta para a relativa dispersão populacional, como afirma Abramovay (2003) que identifica a área rural como espaços caracterizados, por pouco povoados. Assim como pela distância de cidades com movimentos migratórios entre cidade e campo, tendência de residentes rurais a trabalhos urbanos; há também a busca pelas amenidades do campo.

O rural depende do urbano e de atividades econômicas para garantia do bem-estar econômico e dinamicidade. Assim, quanto mais próxima de áreas urbanas, mais possibilidades para desenvolver o turismo. Nesse sentido, o estudo da relação espaço rural/urbano se torna relevante, à medida que o rural não se isola por estar intrinsecamente ligado ao espaço urbano.



Quanto à diferenciação entre rural e urbano, diz Veiga (2001) que, no Brasil até 1938, não havia aparato legal de distinção em cidade de vila: cidades e vilas podem ser elevadas à condição de sedes de municípios a depender de espaço com ocupação consolidada, sem obediência a qualquer norma. No Estado Novo, estabeleceram-se regras de divisão territorial e definição de “cidade”, vigentes até hoje. Pelo Decreto-Lei 311, de 1938: “[...] que transforma em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente das características estruturais e funcionais.” (VEIGA, 2001, p. 08).

Afirma Terluin (2000) que o espaço rural é considerado unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com economia regional compreendendo atividades agrícolas, industriais e de serviços, com população e densidade relativamente baixas.

Segundo Wanderley (2000), o espaço rural ocupado territorialmente possui símbolos e torna-se lugar onde se vive, de particularidades do modo de vida e se registra a identidade de residentes. Ao mesmo tempo é o lugar de onde se vê e se vive o mundo. A inserção das pessoas rurais, em esferas da sociedade, pressupõe compreensão do contexto sociopolítico e especificidades do lugar no espaço rural.

A modernização da agricultura contribui para redefinição da relação campo-cidade. As transformações resultantes de processos sociais, desde a urbanização, industrialização e modernização da agricultura, não se manifestam pela uniformização dos lugares, nem provocam o fim das singularidades dos espaços rurais e grupos sociais; pelo contrário, possibilitam maiores diversidades no meio rural, é o que afirma Wanderley (2000).

Historicamente, o espaço rural foi considerado espaço de produção de alimentos, de matérias primas, fornecedor de mão de obra para o processo de industrialização, na Inglaterra e países europeus, mas as funções não agrícolas do rural ganham cada vez mais importância, em especial o turismo. A compreensão das transformações que aconteceram e acontecem, no espaço rural brasileiro, passa, necessariamente, pelo estudo do processo histórico de constituição do rural, como o espaço de produção e reprodução social de população, como afirma Wanderley (2000).

O espaço rural, diferente há décadas, conhecido como espaço do “interior”, além de espaço produtivo, é lugar de vida diferenciada, de interação social, condição muitas vezes posta em segundo plano.

A esfera produtiva destaca-se na produção para exportação, o que aconteceu durante a maior parte da história econômica brasileira, no fornecimento de matérias-primas para surgimento e consolidação da agroindústria nacional, como também, por ser a principal responsável pelos saldos positivos da balança comercial, explica Elesbão (2007).

O espaço rural passa pelo processo de transformação, tido diferenciado, não apenas de produção agropecuária, mas, de atividades que configuram nova ruralidade, conforme Thomaz et. al., (2013). Veiga (2010) aponta que o rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar os programas governamentais. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à dicotomia cidade e campo, por substituída a realidade pela geometria variável, na qual passam a ser cada vez mais recorrentes as aglomerações e microrregiões. Assim, considera-se a relação entre espaços urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem menos artificializados, ou seja, tidos como espaços rurais, para definição e estratégia de desenvolvimento baseada em articulações horizontais de intervenções. As mudanças do espaço rural, em países desenvolvidos, se detectam também no rural, estudado à luz de transformações, pois, se outrora recaía apenas na produção de alimentos e matérias-primas, passa a produzir atividades não agrícolas praticadas pelas famílias, o que ganha importância na compreensão das transformações de que o turismo marca presença como no Maciço de Baturité.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010, p. 22) diz urbana “toda sede municipal, independentemente do número de habitantes e das funções que a aglomeração exerça efetivamente”. É rural o espaço em torno do núcleo urbano, onde a população é dispersa, concentra-se em pequenos grupos de vizinhança e trabalha na agricultura: critério do IBGE. No entanto, para Martins (2012), o espaço rural brasileiro é resultado de acontecimentos históricos que remetem a períodos antecedentes a chegada dos portugueses, na costa. Na compreensão da formação do espaço rural, dois aspectos se consideram: presença de povos indígenas e ocupação do espaço. Os conflitos rurais têm origem na realidade irregular da ocupação do espaço.

Durante muito tempo, o espaço rural teve-se por setores da sociedade sinônimo de atraso e problemas. Mas passou a ser identificado como possibilidade e oportunidades. Assim como acontece em países, no Brasil, a questão rural tem particularidades: é que o modelo de desenvolvimento é urbano e industrial e não rural, o que implica problemas para o campo, afirma Coriolano (2006).

Diferente da visão estabelecida por décadas, sobre o “inevitável declínio” do rural, dá-se surpreendente reordenamento do espaço rural. Não se identifica apenas espaço de produção de alimentos, depositário de mão de obra camponesa, vivenciando multiplicações de “funções”, agora o rural integra-se ao urbano com diversidade de atividade (BRASIL, 2010).

Até a década de 1950, predominava a agricultura baseada na policultura alimentar, em sistema de rotação de culturas, de forma autônoma. A partir dos anos 1960 e 1970, com a modernização agrícola, tendo como agente indutor o Estado, a agricultura passa por amplas mudanças, na base técnica e produtiva, com inserção de aparatos tecnológicos e da divisão internacional do trabalho, da produção capitalista no campo, da internacionalização e multinacionais produtoras de bens de capital e de insumos modernos (AGRA; SANTOS, 2001; ALBANO, 2005).

A opção pela modernização agrícola, nos anos de 1960, é marcada pelo diagnóstico de estudiosos do espaço rural, com visão do papel e “funções” da agricultura no processo de desenvolvimento econômico. A função do espaço rural é produzir alimentos baratos e cereais para exportação, para geração de divisas, liberação da mão de obra no trabalho da indústria. A realidade mudou. Afirma Mayorga (1980, p. 94) que, até meados de 1965, o espaço agrícola não recebeu investimentos, uma vez que o interesse do governo, na época, concentrava-se no setor industrial, ocasionando, dessa forma, dificuldades à agricultura. Segundo Bacha (1975, *apud* MULLER, 2010), na época, a coalizão de poder valoriza estratégias de desenvolvimento pautado na industrialização, com substituição de importações, o que gerou acentuada discriminação da agricultura.

Ao longo da década de 1970, taxas nominais de juro do crédito rural ficaram abaixo da inflação, o que fez do crédito rural principal responsável pelo crescimento do setor agrícola. No entanto, a fase de declínio inicia em dezembro de 1979, quando as taxas de juro se tornaram mais altas do que a da inflação, reduzindo, dessa forma, a demanda de crédito (LUCENA; SOUZA, 2001).

Anos seguintes, de acordo com Gasques (1990), precisamente na década de 1980, o crédito rural substitui a política de preços mínimos que visa a estimular a produção e exportação dos produtos agrícolas. Dessa forma, a conjuntura econômica da época fez que as políticas se tornassem a nova alavanca para o desenvolvimento da agricultura. De acordo com Lucena e Sousa (2001), nas décadas de 1980 e 1990, planos políticos, visando à estabilidade do setor, formularam-se, cada um com particularidades da realidade do país. Conforme os autores, houve reformulação da política agrícola, na década de 1990, que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura. Nesse período, mesmo sem condições de o governo manter subsídios ao crédito rural e à garantia de preços mínimos, a agricultura continua crescendo, devido às formas alternativas de financiamento, como equivalência-produto e operações de mercado futuro.

Os problemas se evidenciam pelo não cumprimento da função de fornecimento de matéria-prima de investimentos, com garantia de “combinação ótima” entre força de trabalho e máquinas na cidade, cabendo também à indústria absorver o excedente de mão de obra rural (MALUF, 1997). Assim, compreende-se que, enquanto o rural se associa a tudo que pertence ao campo, a ruralidade diz respeito ao vinculado à vida rural, principalmente as condições materiais necessárias à existência dos habitantes. Contudo a nova ruralidade destaca o produtor familiar, com diversidade de oportunidades para a economia, inclusive o agronegócio dependente do mercado externo, sujeito às flutuações dos preços internacionais (WEISSBACH, 2011).

Justamente por isso, acredita-se, com Mota e Schmitz (2002), que o correto é falar em "ruralidades" no campo brasileiro. Falar do rural não é reportar-se apenas ao espaço geográfico, mas às relações desenvolvidas, inseridas no todo rural. Falar rural é pensar em “rurais” que constituem o mundo agrário sujeito às tensões crescentes da competitividade e urgência de preservação dos recursos naturais. É também apontar pistas que conduzem à melhor compreensão do espaço. (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 397).

Alentejano (2000) considera que as realidades rural ou urbana devem ser entendidas nas particularidades, no que têm de geral, com territorialidade mais ou menos intensa. É a territorialidade que se distingue o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações globais, descoladas do território, enquanto

o rural reflete maior territorialidade, vinculação local intensa (ALENTEJANO, 2000, p.105).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) faz análise comparativa entre os modelos de agricultura patronal e agricultura familiar (Quadro 1).

**Quadro 1- Agricultura patronal versus agricultura familiar**

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente ligados.
Organização centralizada.	Direção do processo assegurada pelos proprietários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Predominância no trabalho assalariado	Trabalho assalariado como complementação
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/INCRA (2015).

A diferença da realidade rural para o espaço urbano é que, na área rural, a luta pela subsistência faz emergir lutas para efetivação da agricultura familiar. Desta forma, considerar-se que a pluriatividade e as atividades não agrícolas são mecanismos de desenvolvimento. Ambas contribuem para a forma familiar de organização do trabalho e da produção gerar novos mecanismos de sobrevivência, de garantia de reprodução material, até mesmo, segundo Baumel e Basso (2004, p. 140), “a ampliação de importância na estrutura social”.

Questão destacada é que, em regiões do País, a população rural tem perfil social diferente do das populações tradicionais rurais: é que cresce progressivamente a quantidade de moradores, no campo, de origem urbana, em residências principais e secundárias. Estes últimos e os visitantes, que utilizam o campo somente para o lazer, não podem, de acordo com Wanderley (2000), ser caracterizados como pertencentes à população rural.

Porém a presença marcante da população urbana, em determinadas áreas rurais, modifica profundamente não só a paisagem como também a natureza

da vida social, com o surgimento de novas ocupações, caseiros e jardineiros, frequentemente recrutados entre os antigos moradores, e, com afetação do ritmo de vida local, agora determinado pelo fluxo da população "de fora", em finais de semana, feriados prolongados e férias, gerador e multiplicador de atividades econômicas e de experiência de vida social que repercutem sobre o município e não apenas sobre a área rural diretamente beneficiada (WANDERLEY, 2000, p.32).

É justamente a forma de produção em evidência, na área rural, à agregação de famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, residentes urbanos, ao mesmo tempo em que se cultuam valores e tradições. Tendo isso conforma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais. Apesar do reconhecimento de flexibilidade da classificação dos agricultores familiares, caracterizados pela autonomia relativa que possibilita a gênese de novas formas de integração ou diferenciação, considera-se o espaço rural restrito, e já existe competição.

A urbanização do meio rural é questionada por Carneiro (1997, p.148), que acredita que, mesmo que a expansão da "racionalidade urbana" provoque mudanças no meio rural, não significa dissolução do agrário e uniformização das condições de vida no campo. O autor afirma que a tão propagada "nova ruralidade" no Brasil é representada pela elite agrária, que procura reproduzir práticas e hábitos "rurais" com nova roupagem moderna, enquanto os chamados "neorrurais" baseiam-se em valores próprios do mundo rural, mas reproduzem racionalidade produtiva e tecnológica do mundo urbano. Para ela, a ruralidade pode ser assim tida na concepção de desenvolvimento e as políticas rurais criam condições de transição estrutural do atual modelo para novo projeto rural.

## 2.1 LUTA HISTÓRICA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O reconhecimento da importância da agricultura tradicional foi o processo induzido pelo Estado, nas décadas de 1950 a 1970, com a "Revolução Verde", que contribuiu para a expansão das lavouras de soja, aumentando renda e exportações (STOTZ, 2012), na sustentação do processo econômico e contraditoriamente da

base de utilização de fertilizantes e agrotóxicos. Mesmo no século 21, com o aumento da consciência ecológica, cresce a busca pelas melhorias ambientais e se mantém em pauta, por exemplo, o movimento Rio+20, é que, no levantamento estatístico do uso de agrotóxicos, verifica-se o dobro entre os anos de 2005 e 2011 (RIGOTTO et. al., 2012).

Na agricultura tradicional, práticas e técnicas têm finalidade de expansão agrícola, de modo a acompanhar o crescimento da população, pela utilização de máquinas e implementos no preparo do solo (trator, arado, grade, escarificador, subsolador). Usam-se de corretivos de solo com práticas de calagem, adubação, de espécies ou variedades adaptadas ou modificadas para produção, em todas as ocasiões e necessidades possíveis, de produtos fitossanitários, ou seja, meios destinados ao controle de pragas e doenças de plantas.

Ela desempenha papel importante no desenvolvimento da agricultura brasileira; porém utilizam-se dispositivos exploratórios, altamente comprometedores com a sustentabilidade da agricultura limpa, equilibrada e corretamente aproveitada. Para tanto, é imprescindível que, no momento em que a informação e a tecnologia dominam, passe, sobretudo a agricultura brasileira, a aproveitar o máximo das dádivas de conhecimento e informação.

Em primeiro momento, o aumento da produtividade contribui para diminuição de migração rural e melhoria da distribuição de renda (SOUZA, 2005), porém, em longo prazo, trouxe danos ambientais, não contabilizados pelos produtores da agricultura convencional, como também inseridos aparatos tecnológicos que substituem progressivamente a força de trabalho empregada, com a agricultura mecanizada.

Após décadas de implantação, o padrão convencional de agricultura tem se mostrado insustentável, por não alimentar os pobres, mas também pelos impactos ambientais negativos pelo desmatamento continuado, pela redução de padrões de biodiversidade preexistentes, pela intensa degradação de solos agrícolas e contaminação química dos recursos naturais, entre tantos impactos. O quadro de insustentabilidade do modelo produtivo agrava-se, ao se considerar as tendências históricas das últimas décadas que indicam crescente elevação do custo de produção, em grande parte, pelos altos custos de insumos agrícolas, associada à queda real dos preços pagos aos produtores, explica Altieri (2000, p.8).

A agricultura convencional, comercial na lógica da exploração, utiliza ao máximo a natureza, sem observação dos limites da capacidade do solo acelerando processos de erosão e assoreamento dos cursos de água. Também se verifica que o plantio focado na monocultura desenvolvida em larga escala, ao longo de anos gera estreitamento da diversidade genética e inviabilidade do solo explorado.

Quanto ao uso da água, a agricultura convencional chega, em alguns países, a consumir 80% da água própria para consumo. No Brasil, a taxa chega a 70% (FAO, 1998; HESPANHOL, 2002). O nível de consumo é altíssimo, confronta a sustentabilidade e fere itens da resolução anterior, isto é, novas tecnologias e ações de gerenciamento são necessárias à lida com a demanda dos recursos hídricos. Estudos sobre o impacto da cultura de citros, na propriedade do solo, mostram que o cultivo da cultura altera as características químicas, densidade do solo e atividades microbianas, com aumento do teor de fósforo (SANCHES et al., 1999). Certas práticas de manejo do solo, como do cultivo intensivo, causam modificações em propriedades físicas, estruturais, e influenciam o processo erosivo. A monocultura, por exemplo, de cana-de-açúcar, cultivada continuamente e por tempo prolongado, causa mudanças físicas do solo, principalmente na porosidade (OLIVEIRA et. al., 1995), além de a monocultura intensiva ocasionar alterações dos recursos hídricos (BUCKUP, 2006).

Opõe-se totalmente ao modelo da agricultura familiar, completamente voltada ao lucro e produção, ou seja, implica o tamanho da propriedade, por necessitar de espaços amplos para produção em alta escala. A força de trabalho tem base no sistema terceirizado, sem lucros da produção, apenas salário como os trabalhadores de setores da economia. As funções são hierarquizadas, havendo gestores administrativos, gestões de venda, além da mão-de-obra agrícola.

Seu ponto forte é a amplitude e a tecnologia das produções, enquanto a familiar tenta diversificar as produções para suprimento das necessidades e dificuldades. A convencional tem especialização da produção, ou seja, o mesmo produto, em alta escala, aproveitando os mesmos equipamentos tecnológicos e buscando venda em grande escala, aumentando potencialmente o lucro.

A agricultura familiar diz-se de subsistência desde o início do processo de ocupação do território brasileiro. No entanto, não recebe praticamente apoio governamental ao desenvolvimento adequado.



Embora a institucionalização da agricultura familiar ocorrera nos anos de 1990, desde o final de décadas passadas, a quebra do modelo “produtivista”, baseado na monocultura de lavouras extensivas, que não resolveu o problema da segurança alimentar e degradou o solo, surgiram pressões, por parte da sociedade, pelo novo modelo que conciliasse produtividade, qualidade, preservação do solo, assim como democratização da terra e da produção. Isso fez que a agricultura familiar passasse a ser vista pelos governantes não como segmento marginal, mas estratégico, conforme Porto (2001).

Blum (1999) assegura que a definição de agricultura familiar assume expressiva importância na atualidade, em respaldo do debate acerca do assunto. Dessa maneira, ratifica-se que, para defini-la, devem ser observados requisitos básicos de caracterização da agricultura.

Altafin (2007), em aprofundamento da discussão da origem do reconhecimento da agricultura familiar, aponta abordagens da agricultura familiar nova categoria, proveniente de transformações experimentadas pelas sociedades desenvolvidas, e a da associação de conceito em evolução, com fundamento em raízes históricas. A autora esclarece que, para os adeptos da primeira vertente, que acreditam que a agricultura familiar é um segmento novo, não existem motivos de buscar conhecimento da origem histórica da prática. Para os da segunda, o tipo de agricultura tem caráter de continuidade, com formas anteriores, com a tradição camponesa, com fortalecimento da capacidade de adaptação, à medida que surgiam novas exigências da sociedade.

A forma de abordagem do processo de origem da agricultura familiar, utiliza-a Altafin (2007), ao fazer breve retrocesso à história econômica, dizendo que o ponto relevante da origem da agricultura familiar está pautado nos que produziam o alimento. À ocorrência do processo de transformação econômica, os produtores se unificaram no conceito de camponês, posteriormente denominado pequeno produtor.

Aos pequenos produtores, soma-se classe de novos colonos, frutos de políticas agrícolas do Governo, em especial, de expansão da fronteira agrícola, na região do centro-oeste e norte do país. Com a instauração de assentamentos de reforma agrária, foi se dando o enquadramento de assentados à categoria de pequenos produtores. Apesar de perdas de renda e dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, a forma de produção estabelece sistemas focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de

mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população e na promoção da democratização do acesso à terra e aos meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável.

Assim, a agricultura familiar faz-se tema de movimentos sociais rurais, órgãos governamentais e instituições acadêmicas, em especial, de estudiosos de ciências sociais que investigam a realidade do espaço rural e da agricultura. A agricultura é diversificada dada a variedade do clima. Assim, há produtos tropicais, de clima temperado.

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de trabalho, também em relação às potencialidades e restrições associadas à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquiridos, como à inserção ambiental e socioeconômica que varia entre grupos de produtores rurais.

A classificação de agricultura familiar, segundo Tinoco (2005, p. 65), é baseada na “utilização da mão-de-obra, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola”. Agricultura familiar é, assim, tema amplo e suscita discussões sobre o que é, e quem faz parte. Afirma Brasil (2006, p. 21) que o empreendedor familiar rural é:

aquele que pratica atividades no espaço rural, mas: não detém qualquer título de propriedade, para maior, do que quatro módulos fiscais e utiliza mão-de-obra da própria família nas atividades agrícolas do empreendimento, ganha percentual mínimo de renda familiar originada da atividade rural.

De acordo com Brasil (1964, p. 89), Artigo 4º da Lei da Reforma Agrária considera-se propriedade familiar o imóvel rural, que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e família, absorve a força de trabalho do grupo, garante subsistência e progresso social e econômico, em área máxima fixada por região e tipo de exploração, e eventualmente trabalha com a ajuda de terceiros.

Explica Wanderley (2009 p.10) que agricultura familiar define-se como a em que “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” A dinâmica do processo produtivo realiza-se com a distribuição de tarefas, principalmente, com nível de força necessária às tarefas. Embora haja reposicionamento da mulher na área rural, é comum homens e filhos cuidarem do roçado, enquanto mulheres e filhas cuidam da casa e do quintal, bem como da criação de pequenos animais.

De forma abrangente, Cribb e Cribb (2008, p.111) mostram que a agricultura familiar é definida como modelo de cultivo de terras apoiado fundamentalmente na gestão e no trabalho das famílias.

Historicamente o trabalho rural executado pelo grupo familiar remonta à antiguidade (WANDERLEY, 2000). A propriedade dos meios de produção e atividades de subsistência fazem parte da história das atividades humanas. A agricultura familiar decorre do processo de trabalho produtivo caracterizado por estabelecimentos em que a gestão e a operacionalização das atividades estão intimamente ligadas, e os meios de produção incluídos na propriedade e os mecanismos de produção pertencentes a uma família. Ao contrário, as propriedades patronais se caracterizam pela organização centralizada e pelo trabalho assalariado. (SCHNEIDER, 2003).

Característica que diferencia a propriedade familiar da patronal está na diversificação em vez da especialização e padronização de práticas rurais (VEIGA, 2010). O grupo de agricultores familiares, além do aspecto peculiar da gestão, da diversificação e processo coletivo de decisão, tem preocupação direta com a qualidade de vida e preservação dos recursos naturais, daí a razão de estudos sobre o meio ambiente e renovação dos recursos, em matéria da agricultura familiar.

Diante da rede articulada de fomentação e de aparatos legais, o segmento não se apresenta uniforme: diferencia-se quanto ao tipo e acesso aos benefícios preconizados. A FAO/INCRA (2000) identifica os grupos de agricultores familiares:

- Primeiro, os identificados como agricultores de subsistência, que não utilizam crédito rural, em situação de inviabilidade econômica de acesso, caracterizada pelo campesinato tradicional, vulneráveis à perversidade do capitalismo. Geralmente são pequenos proprietários, com 20 a 50 hectares, sem diversificação produtiva.
- Segundo, considerados de transição, são os produtores esclarecidos que buscam créditos para assistência técnica, com práticas de gerenciamento e diversificação produtiva.
- Terceiro grupo, chamam-nos a FAO/INCRA (2000) de consolidados, empresários do setor que buscam créditos para os segmentos necessários à expansão dos negócios, com estrutura consolidada de gerenciamento e organização produtiva. O ponto em comum das três classificações está no

modo peculiar de produzir e viver em sociedade, demarcado pela gestão familiar da produção.

Estudo básico, sobre estatísticas e conceitos de agricultura familiar parte de reformulações metodológicas de coleta de dados do INCRA e FAO (BRASIL, 2000), por meio de projeto de cooperação técnica, a partir de 1997. Assim, inicia nova coleta de dados referente à agricultura familiar, que identifica os principais sistemas de produção dos tipos de agricultores e instalações em diferentes unidades geográficas.

O IBGE não trabalha com a categoria econômica agricultura familiar, senão com pequenos, médios e grandes investidores, o que não caracteriza especificidades dos agricultores familiares, nas relações de produção diferenciada. Até então o agricultor familiar era considerado “unidades de subsistência que comercializava excedentes nos mercados locais” (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012, p. 352). No entanto, Veiga (2010) destaca que os fatores positivos precisaram de luta sindical para o reconhecimento da agricultura familiar, principalmente após a década de 1990, quando agricultores enfrentaram dificuldades, frente ao desenvolvimento tecnológico dos grandes proprietários de terras.

Nesse contexto histórico, a agricultura familiar, de forma estruturada, surge em meio a pressões em legitimação e financiamento, no movimento sindical rural, realidade que impulsionou o Estado a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com a finalidade de promover o crédito agrícola, e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais.

A política de financiamento teve como pano de fundo a situação econômica marcada pelos avanços tecnológicos e financiamento da agroindústria que deixou o agricultor rural em desvantagem. Assim, face à crise econômica e social, integrantes de família, em movimento sindicalizado, buscam novas formas de sustentação, com mudanças em bases da organização do trabalho e sistemas de produção.

A estratégia expressa agregação de valor ao trabalho e fomenta, além de políticas como o PRONAF, novos segmentos de mercado, miniaturização de tecnologias, mercados de proximidade, pequenas agroindústrias, campanha de valorização de produtos naturais, cooperativas e o turismo rural, o que expressa a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura familiar. A política teve como

dados para implantação os resultados da pesquisa, em parceria pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que culminou na elaboração das "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável", de 1994, destacando a agricultura familiar como estratégica para o desenvolvimento rural.

Desse modo, afirma-se que o PRONAF torna-se instrumento fundamental de desenvolvimento rural, por ajudar na definição de estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, de forma fundamental.

Do ponto de vista legal, a Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006, fortalece a agricultura familiar estabelecendo diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. Redefine o conceito de agricultor familiar: todo aquele que pratica atividade no meio rural, e atende os seguintes requisitos:

- não detenha qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento;
- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família.

A lei remete ao aspecto conceitual e ao direcionamento das políticas públicas e de financiamento a grupos inseridos no universo produtivo peculiar, proporcionando às famílias subsistência e possibilidade de exploração do espaço associada a tecnologias disponíveis e às adquiridas, em ampliação dos negócios. A condição teve como suporte resultados promovidos pelos Censos Agropecuários do IBGE (1996; 2006) e trabalhos realizados pela MDA/FAO/INCRA (GUANZIROLI; CARDIM, 2000) que apresentam dados quanto ao quantitativo e localização geográfica da agricultura familiar, e mapeamento dos membros inseridos e da contratação de mão de obra e tipos de atividades diversificadas.

As diversificações dos arranjos produtivos locais (APL) também são evidenciadas na agricultura familiar. Não raro, têm surgido associações e cooperativas de trabalho que potencializam os investimentos tecnológicos e de insumos que mantêm a estrutura da gestão com apoio técnico e de distribuição da produção e serviços. Face ao crescimento, em 2007, foi aprovado o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, indicativo de benefícios a grupos que possuem formas próprias de organização social e ocupam territórios e usam recursos naturais sustentáveis como atividade econômica e reprodução social e cultural, conforme art. 231 da Constituição Federal de 1988.

A lei trata de medidas que objetivam melhoria de atendimento às demandas de grupos sociais, no interior dos Estados, ou sertões. Segundo o artigo 5º, inciso I, os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais estabelecem-se com base em parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico-socioculturais, elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e de povos e comunidades tradicionais.

Assim, povos e comunidades tradicionais passam a ser reconhecidos perante o Estado, vistos como sujeitos coletivos com demandas específicas e buscam acesso a territórios tradicionais e a recursos naturais.

A luta sindical ganha força pela pressão dos movimentos sociais mundialmente sobre o ambiente e sustentabilidade do processo produtivo. Movimentos sociais do campo, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), com reivindicações da exigência de políticas específicas a produtores familiares. O governo federal anuncia a legitimação da agricultura familiar, em associação com temas como agroecologia, uso e manejo racional de ecossistemas, conservação da biodiversidade, agricultura orgânica, reflorestamento, entre outros. (MIOR, 2005).

O INCRA/FAO (BRASIL, 2000) identifica, na agricultura familiar, interesses pelo desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento. A pesquisa do IBGE que trata do perfil da agricultura familiar: tem início em microdados coletados em pesquisas anteriores pelo IBGE, em cujos resultados a agricultura brasileira apresenta grande diversidade relacionada ao ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infraestrutura. Não apenas em cada região, confirma-se a extrema necessidade de aprofundamento de conhecimento das realidades agrárias específicas que caracterizam a geografia agrária, bem como revela a necessidade de incorporação, de forma efetiva e ágil, tais conhecimentos ao processo de planejamento de políticas públicas para o espaço rural.

Frente à pesquisa, o sindicalismo rural se configura como movimento da agricultura familiar e culmina em reivindicações de abertura comercial, participação em exportações e concessão de créditos.

Realizam-se estudos acadêmicos sobre espaço rural, ampliando a divulgação do sistema de produção rural pautado na divisão de tarefas, pluriatividade e multifuncionalidade.

O capitalismo fomenta reestruturas no segmento do agronegócio alinhado ao desenvolvimento tecnológico, quando pequenos produtores buscam alternativas de sustentabilidade e recriação, estabelecendo novas formas de produção e reprodução social, por meio da diversificação. Assim, movimentos de produtores rurais, com plantios sem agrotóxico, orgânicos, associados à segurança alimentar, valorização da terra, agroturismo e lazer, fortalecem o crescimento da agricultura familiar, inserindo parcela significativa da população rural excluída, o que força a criação de novas políticas públicas de incentivo ao setor e à integração rural-urbana promovendo a ampliação das relações de mercado. As famílias rurais, no contexto de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, surgem renovadas, com proposta inovadora de diversificação das atividades, que modifica a visão do pequeno produtor, da subsistência e do fornecimento de matéria-prima, para a estratégia de desenvolvimento produtivo e reprodução social diferenciada, o que faz da família rural unidade doméstica e de produção.

Souza (2011) comenta que, até meados dos anos de 1990, não existiam políticas públicas de abrangência nacional, voltadas ao atendimento específico das necessidades dos pequenos produtores familiares, que surgem em resposta às antigas lutas organizadas pelos trabalhadores, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Segundo Lindoso et. al. (2009), em 25% dos estabelecimentos de agricultura familiar, o agricultor declara não ser proprietário da terra, e 80% tinham acesso temporário ou precário à terra (arrendatários, ocupantes ou parceiros). Indicadores de cooperativismo também são interessantes, por relacionados ao acesso às linhas de créditos para investimentos coletivos, no beneficiamento da produção, articulação com mercados inacessíveis a pequenos produtores isolados, além de refletir núcleo social baseado em laços de solidariedade – fundamentais no processo de recuperação material e psicológico, durante e após contexto climático desfavorável ou extremo. Na comparação entre regiões, o Nordeste e o Norte estão

distantes das regiões, com 1,8% e 3,0% dos estabelecimentos com uma pessoa associada à cooperativa.

Tomando-se a pluriatividade como marca fundamental do "novo agricultor", apontam-se fenômenos relacionados, observados no "novo mundo rural" de países desenvolvidos. Segundo Bartlett (1986):

- o "desmonte" das unidades produtivas, em função da possibilidade de externalização de atividades, antes, realizadas na fazenda, pela contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica *etc.*) (ALEGRE, 1989).
- especialização produtiva crescente, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos (GOODMANN; SORJ; WILKINSON, 1990);
- formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial (GREEN; SANTOS, 1991);
- crescimento de emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas, de conteúdo tipicamente urbano, motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não agrícolas;
- melhoria da infraestrutura social e de lazer, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores facilidades de acesso a serviços públicos, previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além de melhoria substancial de qualidade de vida para os de zonas rurais.

Pluriatividade nada mais é do que diversificação de atividades rentáveis do negócio, pela qual membros de famílias de agricultores, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou optam pelo exercício de atividades não agrícolas, com moradia no campo e ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e vida no espaço rural.

Afirma Bartlett (1986) que o conceito de pluriatividade surge na França, nos anos 1980, com redirecionamento da política agrícola, fruto da crise de superprodução agrícola dos anos 1970. Nesse contexto, a pluriatividade emerge como solução alternativa ao estímulo do Estado para que os agricultores



considerados inviáveis abandonassem as atividades agrícolas e apenas cuidassem da natureza para atração turística. Com isso, o agricultor passa a executar atividades ligadas à exploração agrícola, de transformação ou comercialização, e atividades não agrícolas, turismo, artesanato. Nesse cenário, a pluriatividade significa não só saída econômica, mas meio de vida saudável, interagindo urbano e rural, combinando atividades agrícolas e não agrícolas.

Mesmo sendo fenômeno antigo, a pluriatividade assume dimensões novas no meio rural, pela "possibilidade de novas formas de organização de a produção vir a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados". (CARNEIRO, 1998, p.152).

O espaço rural não é como nos anos de 1960, daí pertinência de referência a espaços rurais, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agriculturas, da mais "primitiva" até as ligadas às técnicas modernas do mundo contemporâneo.

## 2.2 A VULNERABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de vulnerabilidade aplica-se à pessoa, a grupo social ou categoria, conforme a capacidade de prevenção, de resistência e de contornar potenciais impactos. Cardona (2001) revela que o risco pode relacionar-se a dois fatores: ameaça ou vulnerabilidade. Embora fatores interligados, é importante a percepção de diferenças conceituais.

Nesse sentido, Cardona (2001) define que a ameaça, embora prognosticada, é de difícil controle, haja vista que, por se tratar de fator externo, é impossível, em muitos casos, impedimento. E vulnerabilidade, por ser fator interno, é passível de intervenções. Acrescenta que a vulnerabilidade representa grau de predisposição intrínseca de sujeito a sofrer dano, ou seja, estado do sujeito.

Daí afirmar-se que, para redução de riscos, é necessário intervenção nas condições de vulnerabilidade da pessoa, grupo social ou categoria, frente ao dano. Dessa forma, dada a vulnerabilidade como estado construído socialmente, é passível de mudanças, para tanto, faz-se necessário conhecer o que leva algo a vulnerável. Vulnerabilidade, como conceito geral, suscita formas de análise.

Entre os estudos de redução do impacto da seca na vida do homem do campo está o Projeto Arizona, convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade do Arizona. Inicialmente pesquisadores analisaram estratégias dos agricultores quando de seca anunciada, para posterior tratamento do impacto do fenômeno em famílias do espaço rural (MAYORGA et. al., 2004).

Objetivo do Projeto Arizona, ao mapeamento de vulnerabilidade no sertão cearense é subsidiar a elaboração dos planos municipais de convívio com o semiárido. Para seu alcance, o projeto fez uso de dados primários, mediante aplicação de questionários. De acordo com o Projeto Arizona, o conceito de vulnerabilidade se defronta com as realidades: capacidade, em curto prazo, de a comunidade (vulnerável) responder a certo tipo de vulnerabilidade e capacidade de recuperação em longo prazo (SABINO, 2013).

Entre os fatores de vulnerabilidade destacados pelo Projeto Arizona pode-se citar os físicos e os socioeconômicos, como a renda, a posse de terra e o capital social. Neste estudo, o conceito de vulnerabilidade remete à incapacidade, por parte dos agricultores familiares, de prevenir, de resistir e de contornar impactos negativos referentes aos aspectos econômicos, sociais, ambientais e institucionais (SABINO, 2013, p. 39).

Não contornados os impactos negativos, a agricultura familiar vai-se tornando cada vez mais frágil e suscetível a danos. De acordo com Blum (1999), independentemente da classificação do estabelecimento familiar<sup>2</sup>, isto é, consolidado, em transição ou periférico, todos apresentam vulnerabilidades nos seguintes fatores: terra, mão de obra, capital e capacidade empresarial. O que difere, nos estabelecimentos, é a quantidade de problemas. Naturalmente, os estabelecimentos de agricultura familiar em transição e periféricos apresentam gama maior de problemas do que os consolidados.

Blum (1999) lista desafios a serem vencidos na agricultura familiar, de diversas dimensões. Em relação a terra, os principais problemas destacados são concentração e má qualidade do solo. Além de desigualdade, no que diz respeito à distribuição de terras, há uso inadequado e práticas incorretas que propiciam desgaste do solo, causando exaustão.

O grande desafio, no que se refere a terra, são as condições desfavoráveis à sobrevivência, em meses do ano, no período de entressafra.

---

<sup>2</sup> Essa classificação a qual o autor faz alusão diz respeito a uma adaptação realizada pelo mesmo, usando a classificação da FAO/INCRA com a de Molina Filho (1979).

Justamente no período, agricultores familiares precisam de maior apoio de gestores, com intensificação de políticas públicas voltadas ao rural e às famílias.

Quanto ao trabalhador, cita-se a escassez de mão de obra como fator limitante, é que as famílias encontram-se com pouca força de trabalho, devido ao êxodo rural, à constituição de novas famílias ou a motivos de doenças. Além disso, a baixa qualidade da força de trabalho é entrave à agricultura familiar.

Políticas públicas são de suma importância ao movimento emergente de áreas rurais, e a falta de políticas dificulta a fixação do homem, com intensificação do êxodo rural e, conseqüentemente, concentração da população nas grandes cidades, acentuando o problema social urbano.

Verifica-se que significativa parte de trabalhadores tem pouca instrução formal. Os agricultores não fazem cursos profissionalizantes e não são treinados para o trabalho, o que dificulta a assimilação de novas tecnologias, com repercussão negativa na produção.

Quanto a problemas de capital, Blum (1999) assinala escassez, em especial, ausência de política agrícola, com planejamento estratégico diferenciado à situação do estabelecimento familiar. Nesse diapasão, Souza Filho *et. al.* (2004) destacam que, embora a utilização da categoria “agricultura familiar” seja útil e desejável para fins políticos, é necessário reconhecer diferenciação entre os estabelecimentos familiares que devem ser tratados como de fato o são: diferentes entre si e não redutíveis à única categoria.

Em consonância com a problemática de política agrícola, Bittencourt (1997), em estudos sobre políticas agrícolas, faz crítica à implementação do setor rural, enfatizando que, desde décadas anteriores, estiveram voltadas apenas para produção e produtividade, com intuito de aumentá-las, independentemente de como e de quem produzisse.

Para Blum (1999), as políticas agrícolas promovem o desenvolvimento do espaço rural, a curto, médio e longo prazo, com melhoria do nível de vida do agricultor, fato que, no entendimento deles, não tem acontecido, uma vez que só se destacam no cenário nacional, políticas de safra, muitas vezes, insuficientes e de discutíveis resultados práticos para a maioria dos agricultores familiares.

Quanto a problemas da capacidade empresarial, destaca-se falta de gerenciamento. A qualidade do produto exige organização operacional que deve ser planejada com objetivos e metas, visando à melhoria de qualidade do produto.

O associativismo é a forma de organização de agricultores familiares para melhor garantia de direitos, com grandes desafios, porém com grandes potencialidades. Faz-se necessário que o agricultor tenha consciência da importância de trabalho em grupo, prática que pode ajudá-los a resolver problemas técnicos. Ao lado dos problemas, menciona-se a lacuna na comercialização e agregação de valores. Além de os agricultores se sentirem desestimulados à comercialização, devido ao grande número de atravessadores, os produtos agrícolas têm baixo valor agregado.

Segundo Fuscaldi (2010), a comercialização é entrave significativo à agricultura familiar, haja vista que, além da demanda relativamente estável, comparada à oferta sazonal dos produtos, há falta de conhecimento do mercado por parte dos agricultores que, muitas vezes, ficam em posição desvantajosa, ao negociar mercadorias ou, até mesmo, desestimulados à realização do comércio da produção.

O associativismo não é novidade da contemporaneidade, com início no princípio da industrialização na Inglaterra. O cooperativismo se baseia em princípios democráticos e por isso pensa no todo e não no individual, ou seja, no lucro em detrimento de muitos, também aliado à preocupação com questões sociais. O sentimento de solidariedade inerente a seres vivos está na fundamentação de associações como se entendem atualmente, além de destaque do instinto de sobrevivência da formação dos seres vivos, em particular, do ser humano.

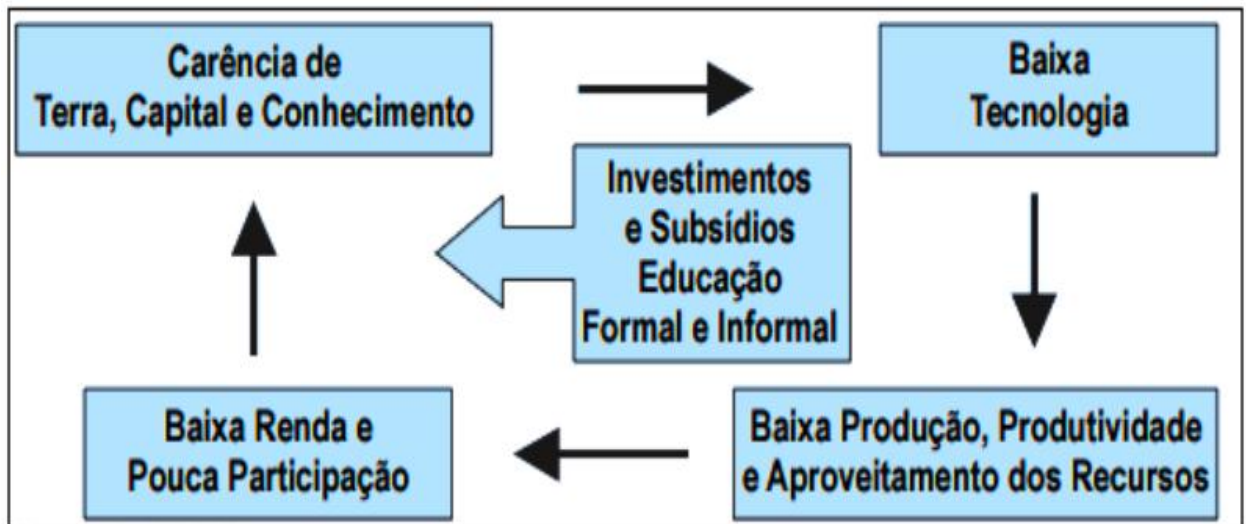
À análise de problemas do associativismo, Aguiar (2007) aponta fragilidades relacionadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos, porém, na maioria dos casos, revelam-se economicamente viáveis, pela ampliação de oportunidades de trabalho, de produção agrícola e de renda, perante a limitação de políticas públicas que as estimulem. “Nos últimos anos são inúmeras as discussões, projetos e ações desencadeadas por profissionais de diversos segmentos buscando consolidar planos estratégicos para o desenvolvimento regional com base nas potencialidades de cada Estado brasileiro” (AGUIAR, 2007, p. 91).

É importante ressaltar que o fato de participar de cooperativa ou associação não indica necessariamente que o agricultor teve todas as necessidades atendidas e consolidadas. No entanto, pode indicar que se encontra em organização que, por meio do grupo, teoricamente, terá mais força para reivindicar direitos.

Embora a comercialização seja entrave ao desenvolvimento da agricultura familiar, é necessária a consciência de que a integração dos produtos da agricultura familiar, no mercado, depende de fatores, organização das cadeias produtivas e dos próprios produtores, inovação tecnológica e condições institucionais favoráveis (SACHETO, 2006).

Os problemas retardam o desenvolvimento da agricultura familiar como categoria produtiva, e compõem ciclo vicioso em que a falta, total ou parcial, de fator influencia determinantemente as etapas do processo produtivo, gerando, muitas vezes, pobreza, como explica Blum (1999) na Figura 1.

**Figura 1 – Ciclo da pobreza**



Fonte: BLUM (1999).

Carência de terra, capital e conhecimento fazem que os produtores utilizem baixa tecnologia no processo produtivo e, conseqüentemente, não conseguem aumentar a produção nem diminuir custos, auferindo, assim, renda baixa que limita a capacidade de melhorar o nível de vida. A solução, de acordo com o Blum (1999), está embasada em investimentos, subsídios e na educação formal e informal (Figura 1).

Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) corroboram as ideias de Blum (1999), ao afirmarem que, independentemente da potencialidade do sistema adotado pelo estabelecimento familiar e de disporem de recursos necessários para operar uma unidade viável, basta falta de único insumo relevante para que gama de produtores não consiga auferir renda suficiente para competição no mercado. Dessa

forma, os produtores são empurrados para o ciclo vicioso cujo resultado é a reprodução do ciclo da pobreza.

Além dos problemas, destaca-se a falta de assistência técnica, extensão rural, serviços de meteorologia e informações, fundamentais à viabilidade da agricultura familiar, de forma que sua ausência ou deficiência restringem o desenvolvimento e sua consolidação.

Nesse sentido, Portugal (2004) destaca fatores, preponderantes para viabilização do desenvolvimento da agricultura familiar: aspectos relacionados à tecnologia e às condições político-institucionais, representadas pelo acesso ao crédito, às informações organizadas: canais de comercialização, transporte, energia, entre outros. Frisa que o último conjunto de fatores, pertinentes a aspectos político-institucionais, normalmente, têm sido a principal limitante do desenvolvimento da categoria produtiva. Holanda (2012), em análise sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, conclui que, mesmo o agricultor familiar tendo acesso ao programa, os entraves à burocracia, à descontinuidade em relação à assistência técnica, à falta de treinamento dos próprios agricultores, além da falta de investimento na produção, são obstáculos que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar.

Assim, verifica-se que a promoção da agricultura familiar enfrenta obstáculos que dificultam o avanço como unidade propulsora do desenvolvimento rural. Eis a importância de se entender o processo produtivo, para identificação de debilidades e potencialidades. Quando se conhecem os fatores de fragilidade da agricultura familiar, em determinado local, é importante atentar-se nas particularidades regionais. Portugal (2004) considera que os desafios ao desenvolvimento da agricultura familiar tornam-se maiores, à medida que se consideram as diversidades da situação: cada local guarda peculiaridades, de forma que os problemas são diferentes em cada região, estado ou município. Sabino (2013) explica que

além de os problemas guardarem uma relação de interdependência, as relações se apresentam de diferentes formas, a depender do local a ser investigado. Para Salvodi e Cunha (2010), a opção do Governo de eleger a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural fomentou o debate em relação a esse segmento, de forma que, segundo alguns autores, a agricultura familiar, ganha caráter de categoria em transição, isto é, apresenta potencialidades de desenvolver-se, mas necessita de transformações para que assim, adquira uma racionalidade econômica mais consolidada.

A agricultura familiar defronta-se com ameaças: social, política, física, econômica, que a tornam vulnerável. Conhecer o grau de vulnerabilidade facilita a intervenção. O Índice Municipal de Vulnerabilidade da Agricultura Familiar (IMVAF) ajuda a mensurar seu grau de vulnerabilidade, nos municípios cearenses. Por meio do IMVAF, é possível conhecimento da situação dos municípios quanto ao grau de suscetibilidade da agricultura familiar a riscos.

### 2.3 PROGRAMAS PÚBLICOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Entre os programas oficiais para a agricultura familiar e a atividade dos pequenos produtores rurais divulgados em documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), destacam-se:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: trata-se de programa de crédito de concessão de recursos financeiros individuais ou coletivos a agricultores familiares, assentados, da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais. Os recursos se concedem a juros abaixo da inflação, para compra de equipamentos modernos para execução das atividades do produtor. O Pronaf possui diversas linhas de crédito que beneficiam o produtor, de acordo com a necessidade, por exemplo: Pronaf Custeio, Pronaf Investimento (Mais Alimentos), Microcrédito Rural, Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Eco, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroindústria, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Cota-Parte.
- Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater: programa de assistência técnica às propriedades rurais: trata-se de parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – com instituições públicas e privadas, de suporte ao produtor do início da safra até a colocação do produto no mercado.
- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: programa do Governo Federal vinculado ao Programa Fome Zero que atende populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades

tradicionais. Os órgãos públicos podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores, com dispensa de licitação.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF: programa voltado para trabalhadores rurais sem-terra ou com áreas insuficientes para produção. O programa financia a aquisição de imóveis rurais.
- Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2: trata-se da segunda etapa de programa federal para obras de infraestrutura. O programa contempla áreas rurais e semiáridas com entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras, caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras facilitando o escoamento da produção dos agricultores familiares.
- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal – SUASA: legaliza a implantação de novas agroindústrias diminuindo a burocracia para o pequeno produtor. Os produtos de origem animal são inspecionados pela SUASA e podem ser comercializados em todo o mercado nacional.
- Programa Terra Legal: o programa assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal. Propicia o acesso do pequeno produtor a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e produção sustentável.
- Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária: política de fixação do homem do campo que assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador rural.
- Terra Forte: o programa objetiva estimular e subsidiar os projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, com foco nas potencialidades dos lugares. Os recursos chegam aos lugares por meio de projetos de cooperativas e associações.
- Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB: entre os objetivos do programa está a produção e o consumo de combustíveis renováveis e não derivados do petróleo. O programa incentiva o cultivo de oleaginosas na produção do combustível limpo e não poluente.
- Garantia-Safra: trata-se de seguro que beneficia agricultores familiares em caso de perda de produção causada por fenômenos climáticos, por exemplo,



seca ou excesso de chuvas. O seguro é acionado quando há perda de pelo menos 50% da safra. Os produtores com renda de até 1,5 salários mínimos por mês e possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e tenham aderido ao Garantia-Safra são beneficiados pelo seguro.

A relação de programas oficiais é extensa, necessária ao suporte ao agricultor familiar e minimização de dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor rural. Abaixo, explana-se detalhadamente programas citados.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em 2003, trata-se de política do Governo Federal para enfrentamento da fome e pobreza, fortalecendo a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

Criado no âmbito do Programa Fome Zero, pelo art.19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, recentemente alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, tem finalidades básicas: promoção de acesso à alimentação e incentivo à agricultura familiar. Contribui para a formação de estoques públicos de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais de redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (SAF, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – conta com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), executado em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estados e municípios. Prevê a compra pelo governo dos produtos alimentares, diretamente de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais, a fim de evitar atravessadores especuladores.

O programa tem grandes objetivos: apoio à comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos; facilitação de acesso a alimentos pelas famílias em situação de insegurança alimentar. Trata-se

de juntar produtores agrícolas e consumidores. Os alimentos adquiridos de associações de agricultores familiares, com apoio operacional dos governos estaduais, municipais e da CONAB, seguem em doação, para abastecimento da rede de proteção e promoção social e para os equipamentos públicos de alimentação e nutrição, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, bem como para a rede pública de ensino e composição de cestas de alimentos distribuídas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDS (CONSEA, 2009).

Parte da concepção intersetorial de segurança alimentar e nutricional e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – contemplam as demandas de acesso a alimentos de populações em situação de insegurança alimentar, como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para os produtos. O Programa adquire os produtos dos agricultores familiares visando dar:

- (i) Suporte à rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e da rede de instituições;
- (ii) Estrutura de circuitos locais de abastecimento;
- (iii) Formação de estoques para assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas pelas catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar.

Trata-se de programa integrante da política de segurança alimentar e nutricional e política agrícola (GRISA et. al., 2011). Programa que se destaca pelo incentivo à diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada. Segundo os avaliadores em diferentes ambientes rurais, muitos agricultores diversificaram e valorizaram produtos locais, até então, depreciados ou não tinham valor comercial reconhecido. Frutas, verduras e produtos de origem animal e agroindustrializados são exemplos de alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos. Além da diversificação de alimentos, incentiva a produção em bases agroecológica ou orgânica, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam a preservação do ambiente, pela valorização da biodiversidade, pelo aproveitamento dos recursos locais, pelo respeito à biodiversidade cultural e aos saberes (GRISA et at., 2011).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação – FAO – destaca a política adotada pelos países latino-americanos, em especial Brasil, de integração de pequenos produtores a mercados domésticos, por meio de programas sociais. “O

Brasil tem sido um dos países mais ativos na implementação desse tipo de iniciativa, com o Programa de aquisição de Alimentos (PAA), usado para facilitar compras diretas pelo governo de produtos alimentares provenientes de pequenos produtores”.

Os alimentos utilizam-se parcialmente para reservas estratégicas e, em geral, usados em programa alimentar, alimentação escolar, cozinhas públicas e cestas básicas (FAO, 2013). O programa adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e às atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA instrumentaliza e fortalece o papel do Estado, em três esferas da Federação, na promoção do direito à alimentação e garantia da segurança alimentar e nutricional, mediante apoio à estruturação de sistemas públicos de abastecimento, contribuindo para a implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar.

Além do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, forma de inserção no mercado proporcionada pelo Estado é via Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que, desde 2009, determina que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal sejam utilizados, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Informações do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - mostram que o programa reúne elementos relacionados à produção, acesso e consumo. É que o objetivo do Programa de Aquisição de Alimentos é oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional.

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade, redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re) organização de comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, dinamização das economias locais, ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar (BRASIL, 2015, p. 3)

No âmbito estadual, tem-se, por parte do governo, o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF, que tem como objetivo apoiar com crédito rural a Agricultura Familiar no Estado. O Público alvo são Agricultores Familiares. Origem dos Recursos: Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF. Parceiros: Governo Federal.

Foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FEDAF, com finalidade financeira e contábil, de caráter rotativo e permanente, criado pela Lei Complementar nº 66, de 07 de janeiro de 2008, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FEDAF – contribui para acelerar e racionalizar ações, no âmbito da agricultura, de ação fundiária, da pecuária, da aquicultura e pesca, da agroindústria e atividades rurais não agrícolas, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar pautada pelos princípios da agroecologia, da convivência criativa com o semiárido e da socioeconômica solidária; assistência financeira a projetos no âmbito da agricultura familiar; suporte financeiro a projetos que impulsionem o desenvolvimento territorial sustentável, voltados para a economia rural de base familiar; apoio institucional e financeiro a projetos públicos e privados, de ações que visem amparar e estimular o desenvolvimento da agricultura familiar; contribuição para intensificar e ampliar o processo de inovação tecnológica no meio rural, especialmente na agricultura e pecuária, observando princípios de sustentabilidade.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FEDAF – atua no Estado do Ceará. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, criado em 2004, apresenta avanços, no que diz respeito à inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda entre agricultores familiares produtores de matéria-prima. Suas ações direcionadas às especificidades da região produzem resultados que confirmam a metodologia. O Projeto Polos funciona como “incubadora de fornecedores de matéria-prima para o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB”, e como indutor do desenvolvimento territorial, levando informações, promovendo fóruns de discussões e conhecimento aos agricultores familiares e interessados residentes no espaço rural. Os projetos e parcerias apoiados pela Ação do Biodiesel da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) são qualificados graças à

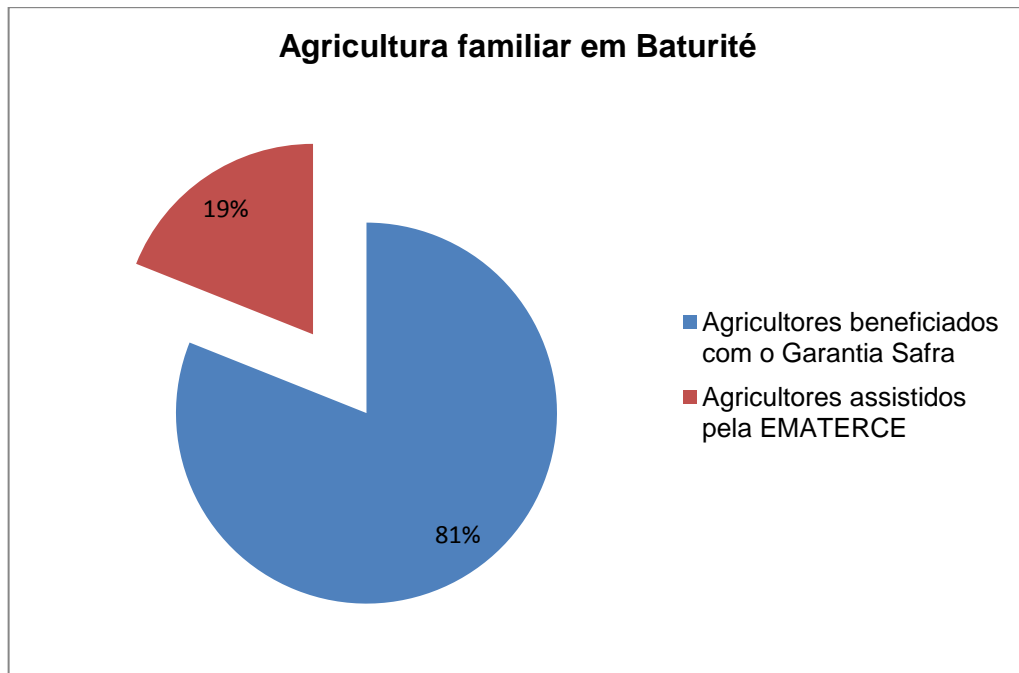
identificação de demandas feita pelo Projeto Polos e integração com os Territórios da Cidadania.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é responsável por projetar e operacionalizar a estratégia social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, criando formas de inserção qualificada de agricultores familiares, na cadeia de produção do biodiesel. A inclusão social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB – é inédito, apresenta como modelo de parceria entre agricultores familiares e indústria. Sabe-se que muitos agricultores nunca participaram de cadeia agroindustrial em escala, tecnologia de eficiência produtiva. Por esta razão, nos primeiros anos de implantação do programa, os agricultores familiares, especialmente das regiões Norte, Nordeste de semiáridos, passaram pelo período de transição. Trabalho estrutural de reforço e incentivo à pesquisa e difusão de tecnologias para oleaginosas com o potencial da região, qualificação de agentes de assistência e capacitação técnica, programas de correção e preparo de solo, incentivos à organização produtiva foram realizados. O processo de transição com apelo à organização e capacitação, com vista à inclusão social de entidades representativas, cooperativas da agricultura familiar, empresas produtoras de biodiesel, governos, técnicos, órgãos de pesquisa e assistência técnica e trabalhadores foi ultrapassado. O resultado do esforço é medido e mostra a participação da agricultura familiar cadenciada em ritmo natural e sustentável. O número de estabelecimentos da agricultura familiar que realizaram contratos de compra e venda, que receberam assistência técnica e fomento e que, efetivamente, venderam matérias-primas para empresas de biodiesel foi expressivo (MDA, 2013).

O plano Garantia Safra atende agricultores familiares que produzem arroz, algodão, feijão, mandioca e milho, no semiárido, assegurando ao agricultor familiar com renda de até 1,5 salário mínimo por mês, renda de 640 reais pagos em quatro parcelas, em caso de secas ou enchentes que causem a perda de pelo menos 50% da produção do município. A origem dos recursos para o fundo do Garantia Safra é composto por recursos dos agricultores familiares e dos entes federativos: União, Estados e municípios.

Gráfico 1 apresenta porcentagem de agricultores beneficiados pelo Programa Garantia Safra em Baturité, assim como os assistidos pela EMATERCE.

**Gráfico 1 – Agricultores beneficiados pelo Programa Garantia Safra em Baturité**



Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de agricultores de Baturité – 2.484 (81%) são contemplados pelo Programa Garantia Safra (2.013), enquanto 471 (19%) pela EMATERCE. O valor do benefício repassado aos agricultores ajuda em casos de perda da safra por fatores climáticos: seca ou enchentes.

O Programa de Aquisição de Alimentos é o tem a modalidade Leite Fome Zero que fortalece o setor produtivo da bovinocultura e caprinocultura leiteira, pela aquisição de leite com garantia de preço. O Programa insere o pequeno agricultor familiar, produtor, no mercado formal e atende diariamente crianças de 02 a 07 anos, gestantes, nutrizes e idosos, em situação de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Projeto São José) está na terceira etapa, promove o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar. Contribui para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais. Viabiliza a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e organizações em

ações de gestão de desenvolvimento, bem como estimula as relações de complementaridade entre os programas governamentais.

Beneficiários agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas, em comunidades rurais, bem como famílias rurais sem acesso à água potável e esgotamento sanitário são representados pelas associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, condomínios ou organizações legalmente constituídas. Para usufruto dos benefícios, o programa de apoio à implantação de sistemas de irrigação sustentável implanta projetos de irrigação localizada, buscando eficiência hídrica, energética, com respeito ao ambiente, de forma a produzir alimentos com tecnologia e rentabilidade sustentável para agricultores e agricultoras de base familiar.

Embora o projeto de vida priorize a reprodução familiar com estratégia de minimização de riscos, com sistemas diversificados, muitos estabelecimentos têm renda em parâmetros de reprodução ampliada.

O PRONAF realiza política de crédito subsidiado e assistência técnica para o agricultor ultrapassar a fase de assentamento ou linha de pobreza. Destaca Moura (2011) que o programa gera discussões sobre a qualidade e funcionamento. Dúvidas postas em questão: desvio de recursos, desenvolvimento da produção do agricultor, não alcance dos objetivos. O PRONAF inclui os agricultores familiares como agentes da política econômica, que não foram capazes de influenciar as ações do governo e promover o desenvolvimento rural. A discussão inicia nos anos 1990, considerada marco do desenvolvimento rural, e a agricultura familiar passa a ter papel fundamental na questão estrutural e políticas sociais, com presença forte no governo, com inclusão dos movimentos sociais.

Limita acesso às linhas do PRONAF a necessidade de comprovação do vínculo do agricultor familiar com a terra. Apesar de não obrigatória, a apresentação do título de propriedade acelera o processo de obtenção de crédito, por reduzir os custos na busca pela comprovação de formas de ligação com a terra (arrendatário, parceiro, posseiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária). O certo é que houve descaracterizações dos objetivos.

O PRONAF marca redirecionamento das políticas públicas de desenvolvimento rural, dando prioridade ao caráter produtivista da agricultura familiar, com crédito rural, apoiando financeiramente as atividades agropecuárias exploradas, mediante emprego direto da força de trabalho do agricultor e da família.

O apoio se dá também com assistência técnica e pesquisa para sanar as desigualdades no campo, o que infelizmente não se dá a contento (BRASIL, 2003).

No âmbito político é favorável, nos últimos anos, em níveis federal e estadual, com aumento considerável de orçamentos para a agricultura familiar. Assim, é importante consolidar novas propostas que precisam ser asseguradas pela legislação e mudanças estruturais de instituições públicas, garantindo a continuidade dos programas governamentais, com bons resultados, recursos orçamentários para a transição agroecológica e continuação de profunda reforma da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

#### 2.4 AÇÕES DO PRODETUR III NO MACIÇO DE BATURITÉ

A Serra de Baturité desponta como lugar turístico e se consolida em planos políticos e privados de desenvolvimento da atividade. As paisagens lúdicas nos enclaves úmidos, ajudam a organizar o território e tornar propício o funcionamento da atividade, ainda distante das ações consolidadas, no litoral, pelas políticas de investimentos oriundos do PRODETUR – Programa de Ação de Desenvolvimento do Turismo. A alternativa, em regiões interioranas cearenses para formalização de políticas de turismo pautou-se na união e planejamento, na obtenção de representatividade em meio aos poderes superiores.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE – concebe-se pelas gestões dos Governadores do Nordeste, com o Banco do Nordeste (BN), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), conscientes da importância do turismo no desenvolvimento da Região, como geradora de divisas e emprego urbano.

O Programa tem como agentes financeiros externos Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); como órgão executor, Banco do Nordeste (BNB) e como subtomadores do empréstimo, estados do Nordeste. No Ceará, o PRODETUR tem como órgão coordenador e executor a Secretaria do Turismo do Estado - SETUR.



Sua área de abrangência compreende nove estados, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde atua por meio de financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transporte, urbanização), projetos de proteção ambiental e patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e empresarial e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

Na macrorregião turística de Baturité, explora-se, em especial, o turismo de serra, segmentado em turismo de aventura, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e religioso, turismo de eventos e turismo de raiz. Os segmentos estão ligados diretamente às condições naturais e culturais da serra. A atividade turística configura-se no espaço de cidades do Maciço, em especial de Guaramiranga/CE, ao passo que se intensifica a busca pela prática do lazer em lugares com clima ameno e alternativo ao turismo de sol e praia.

A atividade turística, no Ceará, vai além dos limites de Fortaleza, principalmente em direção aos municípios litorâneos, a leste e oeste, e para serras e sertões. Coriolano (2005) mostra que o turismo passa por transformações resultantes da mudança do nível de consciência da população mundial, no que toca à defesa dos direitos humanos, sendo também a viagem anseio de todos. Identificam-se forças fundamentais que impulsionam mudanças, novos consumidores, novas tecnologias, necessidade de novas formas de produções, gestões flexíveis e mudanças no entorno: a Serra de Baturité é lugar oportuno para desenvolvimento da atividade.

Tulik (2001), em estudos de turismo, denomina a busca de motivação turística, relacionada ao desejo e necessidade que impulsionam o homem a viajar, para lazer, fé, negócios, férias, saúde, visita a parentes, eventos e conferências, atrelados à busca de lazer e ócio.

Lazer e fuga da rotina constituem motivação turística que, por sua vez, atrai capitais pelos agentes hegemônicos, na perspectiva de aproveitamento de oportunidades, com reprodução de capital empregado.

No Ceará, desde os primeiros anos da década de 1990, investiram-se recursos públicos e privados, sobretudo em Fortaleza, capital, e no litoral pela implementação de políticas públicas, Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. Principais investimentos em infraestrutura na região Nordeste: construção e modernização de oito aeroportos; restauração de 22.000 m<sup>2</sup> de patrimônio histórico; execução de 17 projetos de saneamento básico e

construção de 280 quilômetros de estradas. (OLIVEIRA, 2016, p. 325). Figura 2 apresenta áreas de alocação do PRODETUR-CE.

**Figura 2 – Microrregiões turísticas inclusas nas três fases do PRODETUR-CE**



Fonte: Secretaria de Turismo do Ceará (2016).

A fase nacional do PRODETUR/NE busca novos espaços para investimento, suscitando melhoramentos em rodovias (duplicações e reformas), fortalecimento institucional e crescimento do segmento turístico de serra. Os investimentos foram direcionados às microrregiões do Litoral Leste, Maciço de Baturité e Planalto da Ibiapaba. Desta forma, o planejamento territorial cearense diversifica o produto turístico, pautado no turismo de sol e praia e tendo, ao oeste e ao sul da RMF, opções para realização do turismo de serra (BNB, 2005).

Segundo Oliveira (2016, p. 325), na década de 2000, observam-se resultados de ações e políticas, configurando-se espaços apropriados ao desenvolvimento do turismo. A Serra de Baturité, área de lazer, embora timidamente, insere-se em roteiros turísticos, considerando especificidade e potencial.

PRODETUR-CE é o marco significativo do novo patamar qualitativo de políticas, criando ampla e diversificada ambiência favorável ao desenvolvimento do turismo nos municípios, com base em projetos para aproveitamento das atividades tradicionais e potencialidades produtivas, arquitetônicas, paisagísticas, naturais e culturais, hierarquizadas em pequenas comunidades tradicionais, em virtude de remanescente razão patrimonialista vigorosa.

Para Benevides (2010), a tradução econômica do novo conteúdo social parte da orientação de projetos turísticos que contemplem reduzidas escalas de operações dos equipamentos de hotelaria, lazer e restauração, com oportunidades para empreendedores, bem como utilização possível de insumos endogenamente produzidos ou existentes, principalmente fator trabalho, que constitui, contudo, problemático desafio, é que as formas predominantes de desenvolvimento do turismo, no Ceará, dificultam a propalada empregabilidade das populações tradicionais.

Rocha (2000) evidencia que a noção de destino, aliada à de competitividade espacial, é operacionalmente para estratégias de desenvolvimento do setor, porquanto ações desarticuladas entre produtores e promotores individuais reduzem o peso da elevação sistêmica dos padrões de qualidade e de competitividade do lugar turístico. Daí a necessidade de coordenação de ações.

Cabe lembrar a importância do Prodetur Nacional que, depois de 2 décadas de políticas de investimento na costa litorânea, o programa planeja investir fazê-lo em áreas interioranas (serras de Baturité e Ibiapaba).

A serra de Baturité recebe grandes fluxos de visitantes e turistas, principalmente Guaramiranga, com maiores atrativos, banhos de cascata, eventos festivos ao longo do ano, festivais de teatro, de Jazz e Blues, Letras, Flores e Vinho e de Café com Chocolate e Flores, e elementos de estímulo à sustentabilidade do turismo e evitação de impactos negativos de fortalecimento da capacidade administrativa e fiscal dos municípios.

### 3 O MACIÇO DE BATURITÉ: AGRICULTURA FAMILIAR E TURISMO RURAL

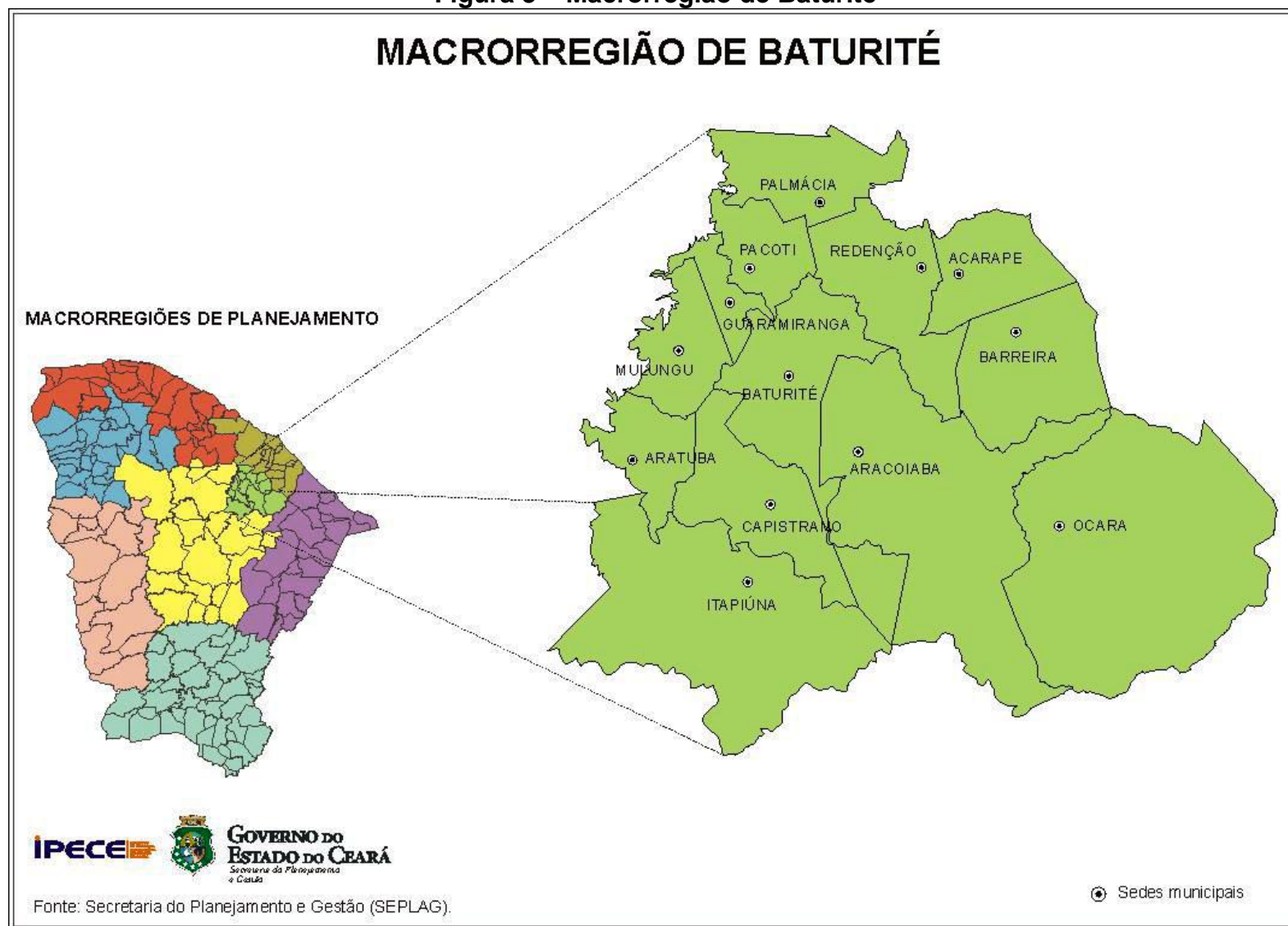
O Maciço de Baturité/CE é área de potencial turístico, importante serra úmida do Estado, próximo à metrópole Fortaleza, e abriga contingente populacional relativamente alto, principalmente ao sopé de encostas a barlavento, vertente úmida.

Baturité é palavra de origem indígena, de *ibi* (terra) + *tira* (alta) + *eté* (verdadeira), significa serra por excelência ou verdadeira. O topônimo é incerto, é que porque há interpretações da origem. Nogueira (2006, p.45), por exemplo, afirma que Baturité provém de “ibi-tira-eté”, “Serra Por Excelência” ou “Serra Verdadeira”. Amora (2009, p. 45) afirma que vem de “batieté”: “Sair Água Boa”, alusão às inúmeras vertentes de água cristalina. O escritor José de Alencar acredita provir de “Batuíra+Ete”, nome de chefe guerreiro potiguar que significa “Nadador Valente”. Baturité é originária de aldeia dos Índios Jenipapos e Canindés: “Aldeia Comum”, às margens do Rio Aracoiaba.

O Maciço compõe-se pelos municípios: Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara, em área de 3.707,3 km<sup>2</sup>. Os habitantes da macrorregião somam 230.523, com maioria na zona rural (IPECE, 2014). O acesso se dá por três vias: CE-060, CE-065 e CE-356, por meio das quais se vai a doze de treze municípios da região, somente Ocara pelas BR 116/112 e CE-257. A região é próxima a Fortaleza e acessos fáceis. Aratuba, município mais distante, fica a 122 km da capital do Estado, Acarape, o mais próximo, a apenas 50 km. A pesquisa de campo contempla os municípios de Baturité, Guaramiranga, Palmácia e Pacoti.

Figura 3 apresenta mapa das macrorregiões de planejamento do Ceará com destaque para a região do Maciço de Baturité.

Figura 3 – Macrorregião de Baturité



Fonte: IPECE (2015).

Nas bordas (oeste, sul e leste), os limites do Ceará, encontram-se chapadas sedimentares da Ibiapaba, a oeste; Araripe, ao sul, e Apodi, a leste. No interior, serras cristalinas: Maranguape, Baturité, Uruburetama e Meruoca, e menores: Aratanha e Acarape que se fazem barreiras naturais ao deslocamento dos ventos predominantes (sentido L-O, NE-SO e N-S), carregados de umidade do litoral, segundo explicação de Freire e Souza (2010).

A análise da configuração demográfica do Maciço de Baturité confirma a ausência de concentrações populacionais significativas capazes de dar suporte a estruturas urbanas complexas (IBAMA, 2002), que refletem tendência geral, na distribuição da população no Ceará e na Região Nordeste, que tem crescimento populacional urbano em ritmo rápido, com repercussão na organização e estruturação do espaço.

Os municípios se organizam em sub-regiões homogêneas:

- Sub-região Serrana (Corredor Verde): Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia;
- Sub-região dos Vales/Sertão: Acarape, Redenção Baturité, Aracoiaba, Capistrano e Itapiúna;
- Sub-região de transição (Sertão / Litoral): Barreira e Ocara.

A primeira – Sub-região Serrana – caracteriza-se pelo clima ameno, qualidade do solo e boa pluviosidade. Podendo denominar-se de Corredor Verde, tem condição ambiental ameaçada pela reduzida capacidade de reserva de água subterrânea e de superfície, e pela devastação ambiental a que tem sido submetida.

A topografia é fator limitativo a determinados usos, incluindo a agricultura em grande escala. A segunda (Sub-região dos Vales/Sertão) diz-se região com razoável condição de armazenamento de água (Açudes Aracoiaba, Castro e Pesqueiro) e solos de qualidade, com destaque para os aluviões do Rio Pacoti, Rio Choró e Rio Aracoiaba, além de manchas de solos de boa qualidade, ao longo da área de influência da ferrovia.

A terceira, sub-região homogênea de importância regional para o território – Sub-região de Transição a leste tem ocupação de baixíssima densidade, onde se destacam sedes urbanas de Ocara e Barreira. O uso agrícola predominante, em parte da sub-região, é da cajucultura. Estudos ambientais e qualidade do solo

revelam grande potencialidade para o desenvolvimento da sub-região, pela atividade de irrigação.

Quanto à distribuição entre áreas rural e urbana, a população mais densa é rural, com 51,32%; enquanto a urbana é de 48,68%.

O Maciço foi importante polo de cultura do café e da cana-de-açúcar, atividades quase completamente abandonadas. Atualmente as principais atividades econômicas são cultivo de banana, caju, mandioca e grãos de milho; floricultura e plantas ornamentais irrigadas; piscicultura consorciada intensiva; estabelecimentos hoteleiros e restaurantes, além do comércio em geral.

O turismo é a principal atividade econômica, polo de desenvolvimento, em razão do grande fluxo, principalmente durante o inverno. A paisagem verde e o clima úmido fazem da região destino mais procurado para fim de semana. Com temperatura média entre 20°C e 22°C e mínima chegando a 17°C, o Maciço conta com pequena faixa de Mata Atlântica transformada em Área de Proteção Ambiental - APA, o que faz a região apropriada ao ecoturismo.

Afirma Nascimento (2008, p. 28) que “a maior porção da sub-região serrana do maciço encontra-se dentro da unidade de conservação APA da serra de Baturité, que contém a maior área de Mata Atlântica ‘preservada’ do Estado”. Embasando a informação, Cavalcante e Girão (2006, p. 367-368) afirmam:

No estado do Ceará, a Mata Atlântica é encontrada nas vertentes à barlavento da Chapada do Araripe e Planalto da Ibiapaba e sobre as serras de Maranguape, Aratanha, das Matas, do Machado, Meruoca, Uruburetama e Baturité. Dentre esses lugares a serra de Baturité é, notoriamente, a mais atrativa e majestosa e isso fica bem respaldado no topônimo Baturité, originário do termo indígena *batuité* (batu – serra; ité – melhor que as outras) que literalmente significa serra melhor que as outras.

Figura 4 apresenta placa informativa da APA em Guaramiranga.



**Figura 4 – Placa informativa da APA da Serra de Baturité**



Fonte: NASCIMENTO (2008).

O Maciço tem características climáticas únicas, por abrigar cobertura vegetal complexa, refúgio ecológico da fauna e flora diversificadas, projetando-se como condição indispensável à formação e manutenção da bacia hidrográfica cuja importância é indiscutível para região do Maciço e abastecimento da região Metropolitana de Fortaleza. Com fundamento em informações técnicas, com o objetivo de proteger o ecossistema, foi criada pelo Governo a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité (APA), com área de 32.690 hectares, localizada na porção nordeste do Ceará, delimitada pela cota de 600 metros de altitude. De acordo com dados da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité abrange os municípios de Aratuba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Caridade e Redenção<sup>3</sup>.

Tabela 1 apresenta porcentagem do território abrangido pela Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité.

<sup>3</sup> <http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>



**Tabela 1 – Território dos municípios abrangidos pela APA**

<b>Município</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Aratuba	56,70
Baturité	6,99
Canindé	0,02
Capistrano	0,60
Caridade	0,06
Guaramiranga	93,43
Mulungu	79,89
Pacoti	56,20
Palmácia	0,76
Redenção	0,93

Fonte: SILVA (2015).

Pela Tabela, constata-se que Guaramiranga possui aproximadamente 95% do território compreendido pela APA. Em seguida, Mulungu, Aratuba e Pacoti.

**Figura 5 – Dissecamento do relevo da vertente oriental úmida do Maciço**



Fonte: FONTENELE JÚNIOR (2004).

Para dissertar sobre os aspectos físicos do Maciço de Baturité considere-se a classificação do estudo denominado Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité: diagnóstico e diretrizes (SOUZA, 1992).

A cobertura vegetal do território do Maciço apresenta variações que incluem desde formações florestais plúvio-nebulares às formações arbustivas semicaducifólias, campos de altitude e vegetação de rochedos. A Mata Úmida começa a se desenvolver a partir da cota altimétrica de 600m, a barlavento, e após 800m a sotavento. A floresta úmida perenifólia, higrófila ou driádica inclui-se no tipo pluvial de altitude. Nos níveis mais elevados, superiores a 800m, aparece o que se denomina de vegetação “plúvio-nebular”, em função de encontrar-se permanentemente envolta em nevoeiro ou nuvens baixas que provocam constantes chuvas finas (SOUZA, 2000).

O Maciço teve apogeu de muita produção e estrada de ferro para transporte de gêneros hortifrutigranjeiros a Fortaleza. A Estação Ferroviária da RVC foi inaugurada em 02 de fevereiro de 1882, no governo imperial de Dom Pedro II. Desativada, funciona como Fundação de Cultura e Turismo e Museu da memória histórica de Baturité. Figura 6 apresenta prédio da antiga estação ferroviária, hoje Museu Municipal.

**Figura 6 – Antiga estação ferroviária – museu municipal**



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2016).



Como atrativo turístico, existe a réplica da máquina que, durante muitos anos, serviu a estrada de ferro da RVC, levando passageiros de Baturité a Fortaleza. Figura 7 apresenta monumento comemorativo da Estação Ferroviária de Baturité.

**Figura 7 – Maria fumaça da estação ferroviária de Baturité**



Fonte: <http://www.rodandopeloceara.com.br><sup>4</sup>.

O crescimento do turismo, incentivado pela exuberância e beleza da paisagem serrana, leva os municípios à adaptação e trabalho de negócios turísticos, com crescimento significativo dos segmentos econômicos ligados à hospedagem, artesanato e alimentação. O turismo tem se apresentado como nova perspectiva de emprego e renda para a população. Com belas paisagens, cachoeiras, mirantes, densas florestas, clima único e bastante agradável, a APA da Serra de Baturité se consolida como um dos mais atraentes destinos turísticos do Estado, sobretudo para os cidadãos fortalezenses que encontram lugar de descanso, lazer e contemplação.

Os municípios serranos contam com razoável estrutura de hotéis e pousadas, para os mais variados gostos e bolsos. O turismo de aventura também tem espaço para práticas ao ar livre: rapel, caminhadas e voos livres. Além disso, oferece opções ao turismo rural, religioso e de eventos.

<sup>4</sup> <http://www.rodandopeloceara.com.br/2014/08/riquezas-de-baturite-estacao.html>

As atividades econômicas não refletem a visão estratégica de desenvolvimento da Região, resultantes do processo cumulativo de experiências que, ao longo do tempo, apresenta erros e acertos. O Maciço apresenta significativo percentual de residentes (55%), sobrevivendo da exploração de atividades rurais, que não são capazes de prover ganhos suficientes à sobrevivência digna das famílias. Muitos jovens migram para a periferia de núcleos urbanos, a configurar processo de favelização nas cidades. As atividades industriais tradicionais atravessam períodos de crises que se agravam, e tentativas recentes de produção sofrem retrocessos (SABINO, 2013).

Em vales e áreas de transição, dá-se a exploração de grãos, caju e cana-de-açúcar. O baixo nível tecnológico e organização comercial dos produtores reduzem a competitividade e uso de agrotóxicos também contribui para a degradação ambiental.

O destaque são cooperativas que apoiam os agricultores familiares, contribuindo para os municípios que promovem o desenvolvimento da agricultura familiar e do turismo rural. Cooperativas: COPA TILAPIA (Cooperativa dos PSICULTORES do açude Aracoiaba), COOPAMAB (Cooperativa de Produtores Agropecuários do Maciço do Baturité Ltda.), COM CAFÉ (Cooperativa Mista dos Cafeicultores Ecológicos do Maciço de Baturité), COPAC (Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara Ltda.), COPACAJU- Cooperativa Central de Pacajús e a COPASAT (cooperativas prestadoras de serviços composta por técnicos de ATER).

A rede de núcleos urbanos do Maciço é comandada pela cidade-polo de Baturité, que apresenta forte tendência de urbanização, mas perde parte da polarização, em decorrência da melhoria dos transportes. Nos municípios da sub-região serrana, área de pesquisa, a população rural é maior que a urbana, sendo assim o rural é espaço que necessita considerado.

O rural enfrenta problemas de estagnação das atividades agropecuárias e aumento do preço da terra, devido à especulação imobiliária de cidades que possuem valores paisagísticos e climáticos diferenciados que atraem turistas e veranistas.

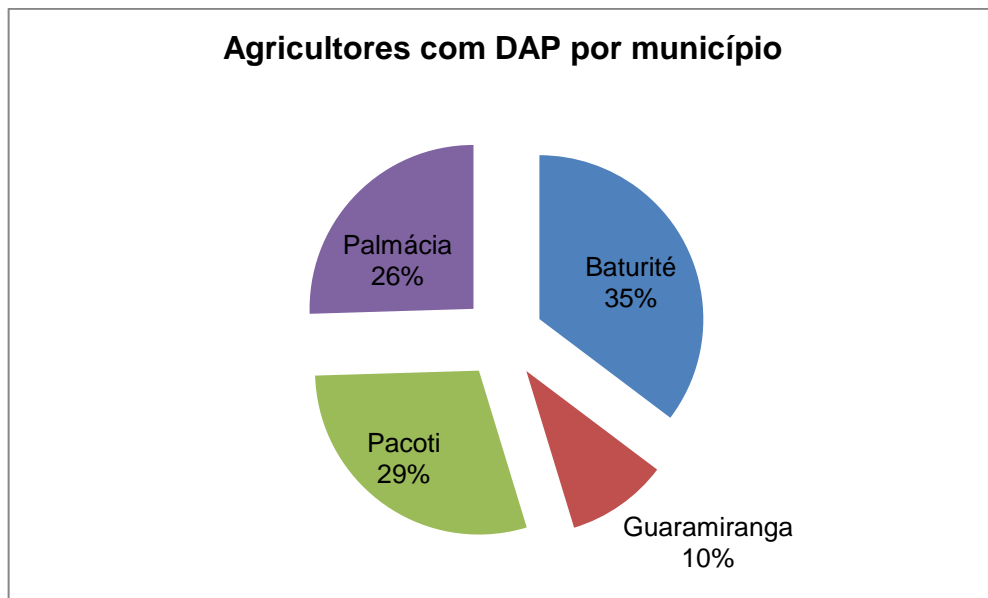
A agricultura destaca-se como atividade econômica tradicional geradora de empregos que passa por crise econômica, como em todo o país, que culmina na baixa representatividade do PIB regional. Entre fatores: baixo nível tecnológico;

descapitalização dos produtores; fragilidade da organização comercial dos produtores; baixo nível educacional dos agricultores; dificuldade de acesso a crédito e subsídios e falta de assistência técnica e serviços de extensão que reduzem a competitividade dos municípios. Realidade agravada pelo uso de agrotóxicos que degradam o ambiente. Na área, há aumento considerado da taxa de urbanização e emigração dos jovens para cidades, em especial para cidades da Região Metropolitana de Fortaleza.

A agricultura familiar é marcada pela diversidade, responsável pela formação dos núcleos urbanos. O Maciço adéqua-se à agricultura, por apresentar bom solo: no pé de serra o solo tem profundidade, plano e bem drenado, com boas condições climáticas. Praticamente a maior parte da agricultura é de sequeiro, desaconselhável ecologicamente e pouco produtiva, na maior parte do Maciço, causando sérios impactos ao ambiente, dizem os agrônomos.

Gráfico 2 apresenta a quantidade de agricultores por município no Maciço de Baturité que possuem Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP.

**Gráfico 2– Agricultores com DAP por município no Maciço**



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do Gráfico 2 foram repassados pelo escritório da EMATERCE dos municípios citados. O total de agricultores com DAP é de 5706, com a seguinte distribuição: 2.013 em Baturité; 1.668 em Pacoti; 571 em Guaramiranga e 1.454 em Palmácia.

Áreas de agricultura familiar se evidenciam pela plantação de frutas e hortaliças que ajudam na subsistência dos pequenos agricultores. Há carência de políticas públicas, no que se refere à manutenção das áreas cultivadas, política contra incêndio e de educação no campo, que permita que o pequeno agricultor se mantenha na atividade agrícola, conservando o solo e evitando agrotóxicos e para manutenção da saúde.

Regiões em destaque pela agricultura familiar e turismo: Guaramiranga, Pacoti e Palmácia.

### 3.1 BATURITÉ: CAPITAL DO MACIÇO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Baturité é um município do estado. Localizado na microrregião de Baturité, mesorregião do Norte Cearense. A população estimada pelo último censo é de 32.968 habitantes, 0,38% da população do estado (IBGE, 2010). Na Figura 8, o mapa com localização dos municípios do Maciço.

**Figura 8 – Localização do município de Baturité**



Fonte: IBGE (2015)

O Maciço foi habitado por etnias, Potyguara, Jenipapo, Kanyndé, Choró e Quesito, e recebeu, a partir do século XVII, expedições militares e religiosas. Com a expulsão dos holandeses, a coroa portuguesa inicia a ocupação definitiva das terras



que se intensifica pela ocupação missionária dos Jesuítas, doação de sesmarias, busca de metais preciosos e implantação da pecuária, conforme explica Oliveira (2014).

Segundo Arão (2012), em 1755, surge Baturité, ou melhor, Missão de Nossa Senhora da Palma, com finalidade de aldear os índios da região. Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas, a missão foi elevada à condição de Vila com o nome de Monte-Mor o Novo d'América. Em 1791, na vila, reúne-se aos Kanindé, Jenipapo contingente de índios oriundos de missões em conflitos, Jucá da Vila de S. Mateus, Paiacu da Vila de Montemor-o-Velho e da Vila de Portalegre.

Pelo clima ameno e água em abundância, Baturité e municípios vizinhos serviram de refúgio às populações sertanejas de cidades de Canindé e Quixadá, onde se abrigaram durante a Seca dos Três Setes e a grande seca – 1777-1788 e 1790-1793, respectivamente (FONTENELE JÚNIOR, 2004).

Marco da presença católica é o grupo de igrejas, conventos e mosteiros que resistem ao tempo, alguns convertidos em hospedarias (SETUR, 2014). Figura 9 apresenta Mosteiro dos Jesuítas em Baturité, antigo seminário e colégio interno, hoje casa de retiro e de hospedagem.

**Figura 9 – Mosteiro dos jesuítas no município de Baturité**



Fonte: <http://mosteirodosjesuitas.com.br/>.

Em 1824, Manoel Felipe Castelo Branco trouxe do Pará, mudas de café, que transformaram a atividade econômica e vida social. Na segunda metade do século XIX, Baturité tinha como principal atividade econômica a cultura do café, chegando, na época, a deter 2% da produção brasileira. Há relatos de que o café de

Baturité era um dos mais apreciados nas cafeterias francesas (JORNAL O POVO, 2006). Porto (2008, p. 111) afirma que

Somente a partir do final da década de 1850 foi que o café passou a gerar riqueza expressiva na região serrana do Maciço, tanto que, na metade do século XIX, o Maciço de Baturité - CE respondia por 50% de todo o café produzido no Ceará, seguido pelas serras de Maranguape e Pacatuba (Aratanha), que juntas produziam 40,8%. Foi devido à cultura cafeeira que se estabeleceu definitivamente a conquista ou 112 ocupação dessa área serrana, uma vez que ela contribuiu para a diminuição do êxodo rural que ocorria em função das secas.

Com o crescimento da cultura do café, há necessidade de via rápida de escoamento da produção para o porto de Fortaleza, feita por precárias estradas da época. Nesse contexto, surge, em 1870, grupo de comerciantes, com proposta de construir a primeira ferrovia no estado, Estrada de Ferro de Baturité e porto de Fortaleza. Em 1882, inaugura-se a estação ferroviária de Baturité, pela qual o café foi transportado diretamente ao Porto de Fortaleza (PORTO, 2008).

Em 1921, com expansão da estrada de ferro, Baturité recebe mais uma estação ferroviária, precisamente no povoado do Açudinho (hoje Alfredo Dutra). A cultura de café, de 1870 até à superprodução e superoferta de 1929, impulsiona a economia, bem como a modernização da cidade.

Pelo fato de ser especiaria de elevado valor econômico e de excelente qualidade, o café foi responsável por grande parte da riqueza das famílias no final do século XIX e início do século XX. No Ceará, não é possível falar-se de uma aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses do final do século XIX. (GIRÃO apud CAMPOS, 2000, p.13)

A *Belle Époque* trouxe hábitos, como: moças de classe média alta tocavam piano: confundiam-se sons ao anoitecer. Antes da luz elétrica, a cidade mantinha-se às claras até 10 da noite, graças ao motor a carbureto. O serviço de coleta de lixo fazia-se por um só lixeiro, com o carro de mão, de porta em porta (ARÃO, 2010).

Arão (2010) destaca que

A cidade possui um clima bastante peculiar para esta região do Brasil. As máximas podem ultrapassar os 35°, chegando aos 37° nos dias mais quentes ou não passando de 30° em dias com muita nebulosidade. No entanto, o que faz a diferença são as mínimas, que podem chegar aos 18° nos meses mais frios (entre junho e agosto), sendo que a média mínima registrada nesse período é de 22°. A variação climática também é bastante expressiva, podendo ocorrer variações de 15° entre o período da manhã e da noite.



A pluviometria média é de 1.088 mm, com chuvas concentradas geralmente no final do ano (dezembro) até março, mês em que se registram maiores precipitações e tempestades com ventos fortes e raios. Porém, como em toda a Região Nordeste, as chuvas são irregulares ocasionando seca e racionamento de água, com registro entre os anos de 1998 e 1999 quando o principal reservatório de abastecimento da cidade, Barragem Tijuquinha, chega a zero (IPECE, 2014).

Os rios Putiú e Aracoiaba, com a Barragem Tijuquinha são as maiores fontes de recursos hídricos para abastecimento do município. Os riachos das Lajes, do Padre, da Panta, da Pedra Aguda, Mucunã, Nilo, Pilar, Salgado, Santa Clara, Sinimbu, Supriano completam a rede hídrica, que juntamente com o rio Putiú deságuam no rio Aracoiaba (IPECE, 2014).

De acordo com estudo do IPECE (2014), a vegetação se compõe pela caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical, floresta úmida semiperenifólia, floresta úmida semicaducifólia, floresta caducifólia e Mata Ciliar, que fazem a Área de Proteção Ambiental (APA).

Atualmente a economia baseia-se principalmente na exploração do setor terciário (comércio e prestação de serviços), na extração vegetal e em cultura de algodão, banana, arroz, milho, feijão, café e cana-de-açúcar, porém, na maioria dos municípios cearenses (com exceção do café), esta é feita com técnicas agrícolas rudimentares fazendo com que o solo empobreça e a produção seja insignificante, em termos nacionais. Ainda assim, Baturité se destaca, na região, importante centro consumidor e abrigando sede de empresas. Com o comércio forte, base da economia, a cidade vem conseguindo avanços na qualidade de vida da população e na modernização da cidade (IPECE, 2014).

É importante destacar o cultivo do café que, embora tenha diminuído após a crise de 1929 e crises na economia brasileira, vem crescendo, atualmente, utilizando-se a técnica do cultivo sombreado e 100% orgânico. O tipo de cultivo fez com que o café ganhasse destaque nacional e internacionalmente por ser produto de alta qualidade e saudável.

### 3.2 ROTA DO CAFÉ E O TURISMO EM GUARAMIRANGA

O município, localizado no Platô Úmido do Maciço de Baturité - nas coordenadas 4°13' latitude sul e 38°56' de longitude WGR - situa cerca de 102 km de Fortaleza – acesso pela CE-065 – com área de 59,47 km<sup>2</sup>. A altitude do relevo da sede é de 865,24 m, o que facilita a movimentação das massas de ar úmidas originadas do oceano, e o município possui um dos maiores índices pluviométricos do Ceará, chegando a 1.500mm ou mais, no período do ano. Também, em função da altitude, clima agradável varia entre 19,6°C e 21,5°C, sendo fevereiro e novembro os meses mais quentes do ano. Na Figura 10, imagem aérea da cidade de Guaramiranga.

**Figura 10 – Vista aérea de Guaramiranga**



Fonte: Prefeitura de Guaramiranga<sup>5</sup> (2016).

Em 2014, de acordo com IPECE (2013), Guaramiranga contava com população de 5.714 residentes, 2.330 moradores da zona urbana e 3.384 da zona rural. Verifique-se que, em 2009, a população urbana representava apenas 29,7% e, em 2010, 40,78%, o que demonstra que a urbanização é forte. De acordo com IBGE

<sup>5</sup> <http://www.guaramiranga.ce.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Guaramiranga-foto-a%C3%A9rea-2.jpg>

(2013), Guaramiranga conta, na atualidade, com 4.307 habitantes, ou seja, drástica diminuição de 25%. O município tinha, em 2010, 1.207 domicílios, 503 na área urbana, e média de 4,7 moradores por domicílio.

A inexistência de dados de domicílios recentes, verificou-se que o percentual de diminuição da população de 2009 para 2010, foi de 25% - para o número de domicílios, em torno de 905 domicílios. Analisada a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em agosto de 2011 – 665 - verifica-se situação pior do que a de Baturité, uma vez que, 73,5% da população vivem com o benefício.

A temperatura média anual de 18°C fez Guaramiranga conhecida pelo cultivo de flores e pelos bem-sucedidos festivais de teatro e de Jazz & Blues (Figura 11), durante o carnaval, reunindo cantores, compositores e instrumentistas de países. Os eventos ficaram famosos no calendário cultural da cidade. O “Festival Nordestino de Teatro” tem mais de 20 anos consolidando-se como grande evento do calendário cultural do Estado.

**Figura 11 – Divulgação do Festival Jazz & Blues**



Fonte: Portal Guaramiranga (2016).

Pagliuca (2009, p. 32) ressalta “[...] os anos 1970 e 1980 foram marcados pela pouca utilização econômica da região. Todavia o turismo configurou-se como uma atividade de grande envergadura, movimentando recursos locais”. Mas, foi o café o responsável pelo apogeu econômico da região, além de propiciar o crescimento das cidades e a construção do patrimônio histórico e arquitetônico.

Até a segunda metade do século XIX, Guaramiranga era apenas um povoado, chamado Conceição, que tinha no café o produto principal. Em 1890 o lugar passa a se chamar Guaramiranga. Os estudiosos divergem quanto à etimologia da palavra Guaramiranga. Pompeu Sobrinho afirma que significa “Pássaro Vermelho”, enquanto Barão de Studart sugere “Pau Vermelho”. E Batista Aragão afirma que o topônimo significa “lugar onde os pássaros têm pequeno ângulo de visão”.

Em Pagliuca (2009, p. 32), verifica-se que a economia foi desenvolvida nos aspectos rentáveis, com a exploração do café, verduras e legumes. Além do cultivo de café que, em algumas propriedades, era produzido à sombra de árvores nativas possibilitando cultura sustentável, banana, horticultura, milho, feijão e mandioca, em destaque (BASTOS, 2005; COSTA FILHO, 2004). Saes; Souza e Otani (2009) explicam o início do cultivo do café no Maciço:

O café foi introduzido na Serra em 1822, quando Antonio Pereira de Queiroz Sobrinho plantou em Guaramiranga, em sistema de pleno sol, sementes trazidas do Cariri, seguindo-se outras áreas de cultivo com sementes provenientes do Pará. O cultivo ao sol proliferou-se paulatinamente, motivando pioneiros e adeptos, adquirindo vulto depois de 1845, com a migração para a Serra de parte da população sertaneja expulsa pela seca (*online*)<sup>6</sup>.

Leal (2001) explica a ocupação de Guaramiranga efetivada com o cultivo do café, cultura introduzida por Antônio de Queiroz Sobrinho, o que levou à verdadeira “corrida do café” na região, tendo alcançado o patamar das cidade mais importante no que tange á produção de café sombreado. Segundo Romero e Romero (1997), trata-se de “tradicional região produtora de café no século XIX, que chegou a deter 2% da produção brasileira. Há relatos, da época, de que o café de Baturité era um dos mais apreciados nas cafeterias francesas”.

Famílias produtoras: Queiroz, Holanda, Linhares, Caracas, entre outras, contribuíram não só economicamente, sobretudo histórica e politicamente com a construção da cidade. A adaptação da cultura ao Maciço foi excelente e, em 1846, a

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=27638>. Acesso em: 11 jan. 2016



Serra de Baturité com a produção de café de Maranguape obtiveram o título de melhores produtores de café do Ceará. O transporte ferroviário e rodoviário aprimora a vinda do café até o porto de Fortaleza, para exportação para a Europa. (FARIAS, 2001). Na Figura 12, pintura do trabalho no café.

**Figura 12 – Trabalho no café**



Fonte: SILVA (2008).

Entretanto, com a decadência da cultura do café, a partir de 1930, a cidade apresenta estagnação econômica e demográfica, e principalmente na década de noventa, passa por intensa reestruturação socioespacial, com foco principal na atividade turística, possibilitada pelos planos de governos da década de 1980 ao ano de 2016.

A Rota do Café Verde é ação desenvolvida pelo escritório regional do SEBRAE e integra o Programa Café Verde, com o objetivo de incentivar a produção sustentável do café, estimular o turismo rural e aquecer a economia. Trata-se de *tour* pelos principais pontos de produção do café sustentável onde o visitante conhece o processo de produção do café de sombra, ou seja, cultivo do café sombreado por florestas, ecologicamente correto. Os visitantes que optam pela rota acompanham o processo de colheita, moagem, comercialização dos grãos, degustação de produtos

de sítios do roteiro, além de meios de hospedagem da região. Figura 13 apresenta cultivo de café de sombra na Fazenda Floresta.

**Figura 13 – Café de sombra na Fazenda Floresta em Guaramiranga**



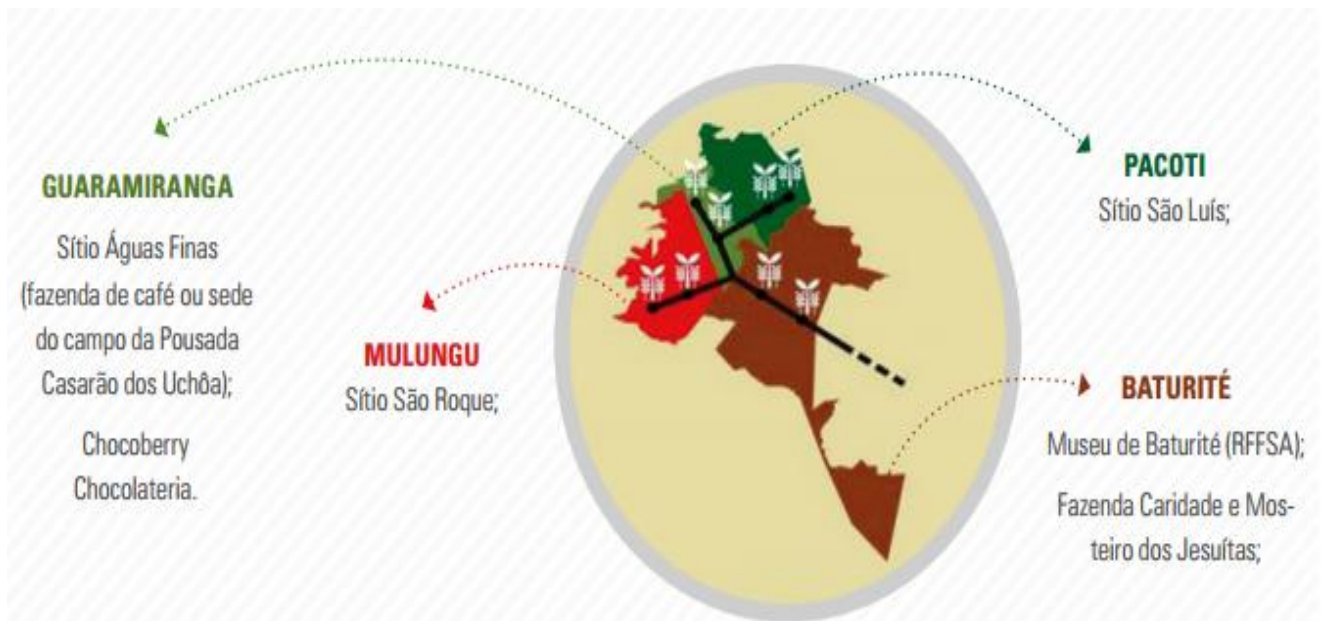
Fonte: Própria autora.

A forma de produção do café inicia na primeira metade do século XX, pois o cultivo tradicional ocasionara o esgotamento do solo, conforme explica Nascimento (2008, p. 34):

Na segunda metade do século XIX, considerado o período áureo do Maciço, momento onde foram criados municípios importantes como Redenção e Pacoti, época, também, da introdução do café, em altitudes variando entre 500-600 metros, o mesmo sendo plantado no lugar da mata sem sombreamento e acompanhado de irrigação. Houve, contudo o ressecamento do solo que rompeu com o equilíbrio fitopedológico. Obrigando os lavradores após 50 anos de cultivo, passarem a fazer o sombreamento do café na primeira metade do século XX, com o abandono da irrigação, possibilitou novas esperanças aos sitiantes da serra que se adensaram mais ainda, e mesmo com a crise de 1929-1930 não se abateram, pois o café cearense tinha um amplo mercado regional interior que alcançava da Amazônica à Bahia. Isso sem falar do corte de madeira e das culturas de hortaliças que recobre grande parte do Maciço.

Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Mulungu fazem parte do roteiro cujos atrativos principais são: Museu de Baturité, Fazenda Caridade e os Jesuítas, Sítio Águas Finas, Sítio São Roque, Sítio Floresta, Sítio São Luis e Chocoberry Chocolateria. Figura 14 apresenta principais pontos da Rota do Café Verde no Maciço de Baturité.

**Figura 14 – Principais pontos da Rota do Café Verde no Maciço de Baturité**



Fonte: SEBRAE (2015).

Figura 15 apresenta banner de divulgação da Rota do Café Verde na Fazenda Floresta.



**Figura 15 – Banner da Rota do Café Verde na Fazenda Floresta**



Fonte: Própria autora.

A Fazenda Floresta tem 15 ha de área e pertence à família tradicional de Guaramiranga. Entre as atividades, contam-se plantação de café, cana-de-açúcar, bananeira e frutas. Na Figura 16, produtos: café em pó, licores, banana passa, açúcar mascavo, cachaça de banana, orgânicos.



**Figura 16 – Produtos da Fazenda Floresta em Guaramiranga**



Fonte: Própria autora.

Segundo Bastos (2011, p. 56), a agricultura tem relevância para Guaramiranga, o que se constata na história. Em decorrência de privilegiados aspectos serranos que se apresentam como exceção no contexto do semiárido, Guaramiranga tem agricultura diversificada, da fruticultura a lavouras temporárias e floricultura.

O café é uma das culturas mais antigas e necessita de grandes extensões territoriais. A maior parte dos produtores é detentora das maiores propriedades de Guaramiranga, que não são muitas: a maioria é de propriedades pequenas. Figura 17 apresenta banco de mudas de café de sombra na Fazenda Floresta.

**Figura 17 – Banco de mudas em Guaramiranga**



Fonte: Própria autora.

Cafeicultura e bananicultura são cultivos de maior representatividade territorial do município, porém vale lembrar que o café atualmente não tem a mesma importância do começo do século XX. O café é plantado em área de 980 ha, e a banana em área de 920 há, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Lavoura permanente de Guaramiranga**

<b>Culturas</b>	<b>Produção</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Rendimento Médio (mil reais)</b>
Abacate	11 mil frutos	3	3.666
Banana	3.864 cachos	920	4.200
Café	171 toneladas	980	174
Castanha de caju	1 tonelada	2	500
Goiaba	55 mil frutos	6	9.166
Laranja	363 mil frutos	32	11.343
Mamão	270 mil frutos	8	33.750
Manga	80 mil frutos	4	20.000
Maracujá	16 mil frutos	3	5.333
Tangerina	186 mil frutos	62	3.000

Fonte: IBGE (2015).



Apesar de a bananicultura ocupar o segundo lugar em quantidade de áreas plantadas, a representatividade é maior nas áreas de planícies alveolares, sobretudo no platô úmido, não existindo plantações extensas ou ininterruptas. Observa-se que a plantação de bananas, em áreas de relevo acidentado, na vertente ocidental, gera danos ambientais relacionados a processos erosivos.

Afirma Bastos (2011) que, nos últimos anos, a floricultura tem se destacado como permanente de elevada demanda no mercado nacional, por exigir mecanização modernizada. A cultura é praticada por 84 agricultores capacitados e de boas condições financeiras. Entre as flores, cita-se o crisântemo e o copo-de-leite, mais cultivados, vendidos, principalmente para Fortaleza e exportados para Portugal. Na Figura 18, estufas de flores.

**Figura 18 – Estufa de flores em Guaramiranga**



Fonte: Própria autora.

Guaramiranga conta grande potencialidade agrícola que, aliada à proximidade de centros consumidores, favorece a exploração de hortifruticultura irrigada e de sequeiro, industrialização de produtos agrícolas e atividades como o turismo. Há baixos níveis de produtividade agrícola e grande número de desempregados, o que se atribui ao uso de tecnologias e explorações inadequadas e às precárias condições de produção e comercialização que provocam constantes prejuízos e desestimulam a atividade rural (EMATERCE, 2015).

A Área de Proteção Ambiental detém a maior reserva de Mata Atlântica da região. Passeio turístico é realizado na subida do Pico Alto, a 1.115m, segundo ponto mais elevado do Estado e terceiro do Nordeste que possibilita ao visitante vista do Maciço, por trás de lagos, açudes, fazendas e estradas sinuosas. Figura 19 apresenta vista panorâmica do Pico Alto.

**Figura 19 – Vista do Pico Alto em Guaramiranga**



Fonte: Diário do Nordeste Plus<sup>7</sup> (2016).

Edificações locais merecem destaque pela escala e beleza arquitetônica, desde a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, em estilo barroco, em 1892, Convento dos Capuchinhos, na ladeira da gruta, Biblioteca Municipal Rui Barbosa, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição construída em 1885, Teatro Municipal Raquel de Queiroz com capacidade para 500 pessoas, palco de espetáculos artísticos como Festival de Jazz e Blues e Festival Nordestino de Teatro (PORTAL GUARAMIRANGA, 2016). Figura 20 apresenta imagem da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição uma das edificações mais antigas de Guaramiranga.

---

<sup>7</sup> <http://plus.diariodonordeste.com.br/descubra-o-ceara-macico-do-baturite/>

**Figura 20 – Igreja matriz de Guaramiranga**



Fonte: Diário do Nordeste Plus<sup>8</sup> (2016).

Menor município, Guaramiranga esbanja beleza e receptividade tendo como principal atividade econômica o turismo que, além de contribuir para o desenvolvimento da cidade é também responsável pela geração de emprego e renda da população. Fez-se um dos municípios mais visitados, por mais equipado para receber turistas e pela proximidade da capital e fácil acesso. A exuberância das paisagens e florestas, espaços para lazer, produções de flores e plantas ornamentais, patrimônio histórico e cultural, rico artesanato, receptividade dos residentes, animados festivais, além da infraestrutura de hospedagem, hotéis, pousadas, chalés, restaurantes, tudo compõe a oferta turística da cidade.

### 3.3 PACOTI: CULTIVO DE CEREAIS E FLORES

Pacoti surge no século XIX, à chegada dos primeiros habitantes. Emancipa-se de Baturité em 1890, vila, após haver sido extinto e emancipado por

---

<sup>8</sup> <http://plus.diariodonordeste.com.br/descubra-o-ceara-macico-do-baturite/>



vezes. A emancipação definitiva ocorre em 1938, com denominação carinhosa de Princesinha da Serra.

Pacoti está entre as coordenadas 4° 13' 30" de latitude Sul e 38° 55" de longitude, com área geográfica de 109, 586 km<sup>2</sup>, inserido na mesorregião Norte Cearense, posicionado na Microrregião de Baturité (IBGE, 2010). O clima é tropical subquente úmido, com temperatura média anual entre 20°C e 30°C. Com concentração de chuvas no período de janeiro a maio, o mês de julho apresenta temperaturas mais baixas, chegando até 14°C, no período da noite.

Totais pluviométricos atingem média anual de 1.434 mm. A vegetação é peculiar, por conter espécies diversificadas de caatinga arbustiva densa, floresta subperenifólia tropical, subcaducifólia tropical pluvial, plúvio-nebular. O relevo encontra-se à altitude de 736 m acima do nível do mar.

Avizinha-se dos municípios de Palmácia, Guaramiranga, Redenção, Baturité e Caridade. Além da Sede, divide-se politicamente em três distritos: Colina, Santana e Vila de Fátima à distância aproximada de 118 km da capital, com acesso pelas rodovias CE 060, CE 356 e CE 065. O clima é agradável, pelas reservas de mata atlântica, animais da fauna e espécies da flora.

De acordo com o IBGE (2014), a população de Pacoti é de 11.607 habitantes, com densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>) de 105,92. Conta com Centro de Saúde de Pacoti e postos de saúde.

O município tem origem nos sítios de café, relevantes e importantes nas tradições e formação do patrimônio histórico, visto que a ocupação se deu de forma diferenciada, marcada pela apropriação da natureza pelo homem que, como consequência, teve a floresta tropical desmatada de forma predatória para possibilitar a agricultura e, sobretudo para manipulação da madeira para geração de energia e utilização em atividades construtivas.

Produtor<sup>9</sup> da região declara que a produção de chuchu foi prejudicada pela escassez de chuvas, pragas e pela falta de incentivos do governo. Diz que, apesar da atuação da Ematerce na região, faltam estudos sobre disseminação de pragas. Nas Figuras 21 e 22, plantação de chuchu prejudicada pelas pragas em Pacoti.

---

<sup>9</sup>Sr. Vladimir Norjosa

**Figura 21 – Vista panorâmica de plantação de chuchu prejudicada por pragas**



Fonte: Própria autora.

**Figura 22 – Produção de chuchu prejudicada por pragas em Pacoti**



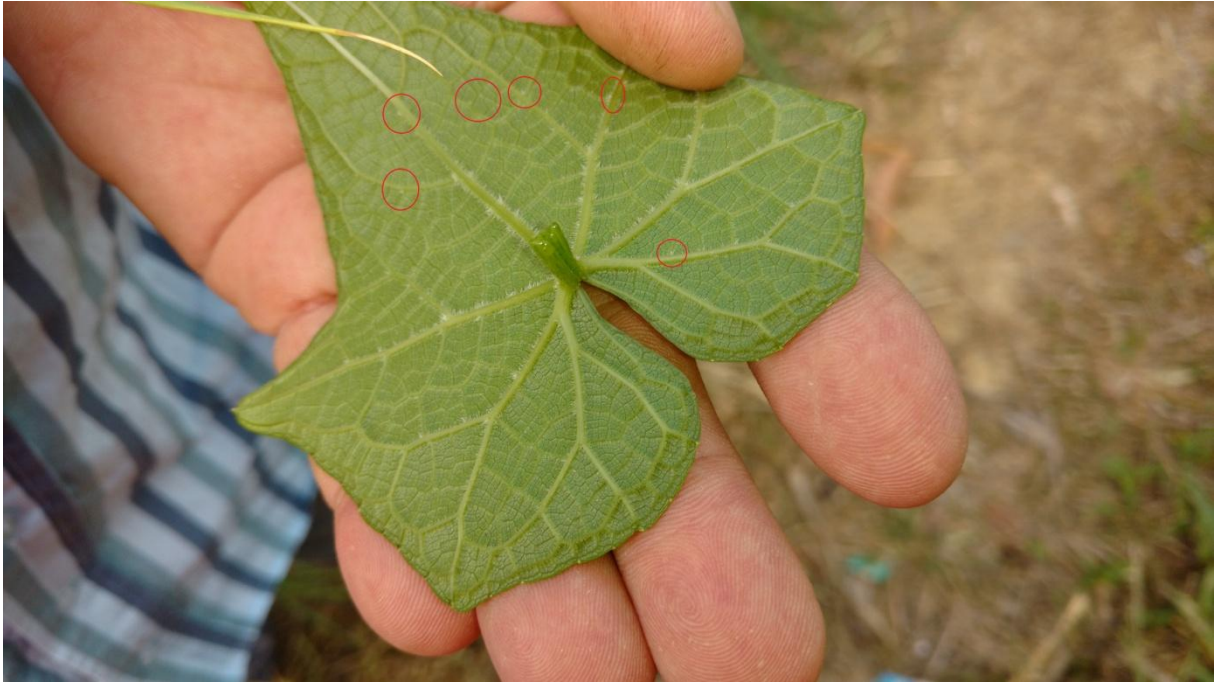
Fonte: Própria autora.

Na Figura 23, o produtor mostra a praga prejudicial à produção de chuchu. De difícil identificação a olho, são os pontinhos brancos da folha do chuchuzeiro. O problema é causado pelo ataque às pragas comuns do chuchu, por



exemplo, ácaros que fazem o enrolamento do fruto, com prejuízo do desenvolvimento, amarelecimento das folhas, posteriormente secas (Figura 22). O produtor relata ser difícil prevenir o ataque, é que a praga se espalha com o vento e assim pode ser levada a outras lavouras prejudicando produtores.

**Figura 23 – Praga na folha do chuchuzeiro em Pacoti**



Fonte: Própria autora.

O proprietário esclarece que membros da família, insatisfeitos com as dificuldades da produção, resolveram atuar na área de alimentação, com restaurante, e investir no turismo rural. Na Figura 24, restaurante em Pacoti



**Figura 24 – Restaurante e pizzaria em Pacoti**



Fonte: Própria autora.

A Figura 25 apresenta produção de hortaliças em Pacoti.

**Figura 25 – Canteiro de alface em Pacoti**



Fonte: Própria autora.

Pacoti tem o desafio de conciliar o modo de vida com o uso sustentável dos recursos naturais para garantia do equilíbrio das atividades econômicas, de forma a atender os princípios da ecologia, considerando os ambientes vulneráveis do município e do Maciço.

### 3.4 PALMÁCIA E A ARTICULAÇÃO DE AGRICULTURA, ARTESANATO E TURISMO

Palmácia dista 65 km de Fortaleza tendo como principal acesso a CE-065, Rodovia Senador Carlos Jereissati. Historicamente, adveio da ocupação de sobras das sesmarias nas encostas setentrionais do Maciço. As primeiras notícias de ocupação são do final do primeiro quartel do século XIX, por ocasião da seca de 1825. Dois clãs importantes do povoamento, Queirós e Sampaio, concorreram com a formação do novo núcleo familiar da região. Aos poucos, a população vai crescendo. Como o povo tinha que sair para cumprimento de deveres religiosos, tiveram a ideia de criar oratório e, encorajados pelo padre Custódio de Almeida Sampaio, deram início, em junho de 1891, à edificação de pequena capela, ampliada mais tarde pelo Monsenhor Antônio Tabosa Braga. Com a construção do templo, novas habitações começaram a surgir formando "arruado" denominado Arraial das Palmeiras. A fim de facilitar a transmissão de correspondência postal, Palmeiras teve o nome mudado para Palmácea - impropriamente escrito Palmácia (CIDADES IBGE, 2016).

Em 28 de agosto de 1957, Palmácia emancipa-se oficialmente. São Francisco de Assis é o santo padroeiro de Palmácia e a data oficial da celebração da festa é 04 de outubro. A população estimada em 2010 era de 12.005 habitantes. Área: 117,813 km<sup>2</sup>, no ano de 2016, segundo o IBGE (2016), é de 13.022.

A cidade ocupa 117,813 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica 101,90 hab./km<sup>2</sup>. O nome primitivo do povoado, de origem do lugar, vem de Palmácea, família botânica das palmeiras. Palmácia emancipa-se no dia 28 de agosto de 1957 (CIDADES IBGE, 2016).

A cobertura de vegetação varia desde caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical, floresta úmida semiperenifólia, gramíneas,ervas,mata

serrana, floresta úmida semicaducifolia, floresta caducifolia e mata atlântica e mata ciliar.

A área de Palmácia tem relevo heterogêneo, apresenta topografia montanhosa, na região setentrional do Maciço de Baturité. Na região norte, encontram-se planícies e vales férteis, com cordões de ligação orográfica com os vizinhos sistemas de Aratanha e Maranguape, por meio de cerros de pequena altitude.

Na parte montanhosa, destacam-se serras que concorrem na amenização do clima, com latitude média de 700m: Serra do Lajedo, Bacamarte, São João, São Paulo, Serra Nova e Torre da Lua. A altitude no município varia de 50m á cerca de 1000m.

Por situar-se o município em serra, verifica-se maior quantidade de pequenas ribeiras e corredeiras do que propriamente de rios que mereçam destaque, malgrado ser cortado em parte pelo rio Pacoti que alimenta o açude do Acarape, fornecedor de água potável para Fortaleza. Citam-se também os rios Salgado e Juá, riachos do Araticum, Cana-brava, Serrinha, Oiticica, Patos e Caboclos. São três açudes de tamanho médio construídos respectivamente nas secas do XV, XIX e XXXII, Botija, Bu e Água Verde. Próximo à cidade, com construção iniciada ao tempo da comissão científica vinda ao Ceará, o Açude da Comissão.

Palmácia possui reserva de mata atlântica, vegetação exuberante, onde samambaias, orquídeas e flores silvestres convivem com a fauna nativa que inclui diversas espécies de pássaros, periquito cara-suja, sabiá, currupião, beija-flor, surucuá-de-barriga-amarela, gavião de penacho, surucuá-de-peito-azul, tucano-de-bico-verde, rendeira, tangarazinho, tangará dançador entre outros, além de mamíferos, raposa, quatipuru, ouriço-cacheiro, onça-pintada, cotia, rato-do-mato, tapiti, gato-do-mato, sagui-da-serra, macaco-prego, jaguatirica, maracajá, preá, gambá, anta, quati, entre outros. Principais répteis: cágado, jabuti, calango, coral-falsa, iguana, camaleão, lagartixa-de-areia, jacaré e anfíbios: sapo, pererecas, gias.

Fatores limitantes à exploração agrícola, relevo fortemente dissecado, drenagem imperfeita; pouca profundidade com impedimento à mecanização, características que anulam boa fertilidade do solo, regularidade das chuvas; temperaturas amenas. Tudo contribui para limitação que chega à utilização máxima do terreno para cultivo de, no máximo, 10% do total da propriedade (CEARÁ, 2004).

As atividades econômicas estão assim distribuídas: serviços: 73,4%, agropecuária: 16,6%, indústria: 9,9%. A base da alimentação é proveniente da agricultura, produtora de banana, café, fava, arroz, cana-de-açúcar, hortaliça, em geral, milho, feijão; pecuária: bovino, ovino, caprino suíno e avícola.

A Baixada, região da Água Verde, destaca-se pela criação de gado, cultivo da cana-de-açúcar e de arroz. Na comunidade do Sítio Basílio, moagem de cana para fabricação de rapadura e açúcar mascavo.

Nesse contexto, as palavras do Dr. Francisco José de Macedo indicam que a agricultura familiar é pouco desenvolvida e fatores limitam a produção, sendo o mais forte a escassez de chuvas. E o trabalho não agrícola, a exemplo do artesanato, complementa a renda.

O artesanato é fonte de renda, atividade não agrícola, como confecção de bijuterias e artigos religiosos, redes e bordados. A piscicultura desenvolve-se nos córregos e açudes. Parcela significativa da população dedica-se à prestação de serviços.

Os artesãos relatam a vulnerabilidade da agricultura familiar e queda dos produtos pela falta de incentivo da prefeitura e de estratégias das políticas públicas. Segundo representantes dos artesãos, existem pontos turísticos. A problemática é não existir organização ou associação que viabilizem a venda dos produtos.

Relata-se que existe espaço para que a produção de artesanato complemente a agricultura familiar, mas a produção é tímida e sem qualificação. Os agricultores começam feiras, com apenas 15 feirantes.

Apesar de a região contar com fluxos turísticos, pequena parcela compra produtos de consumo. O desafio dos pequenos agricultores é fazer com que as pousadas e albergues sejam incentivadores, comprando produtos, acabando com atravessadores.

Há relato de que, no que se refere ao turismo rural, pequenas propriedades não estão equipadas, falta incentivo e estrutura.

De acordo com Antuniassi et. al. (2011), a noção de estratégia tem sido utilizada com frequência na literatura sociológica, às vezes de modo bastante impreciso, outras em sentido restrito, como práticas econômicas orientadas para a maximização de lucros. Daí a necessidade de definir o que se entende por estratégia. Segundo o autor, no caso dos produtores, o que a caracteriza é a



capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência.

Schneider (1995), abordando mudanças recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, mostra transformações do processo produtivo e da organização familiar do trabalho, em região onde a agricultura não é mais a única e nem mesmo mais importante atividade, dizendo que, apesar de não se observar a intensificação de uso tecnológico, os índices econômicos apontam para expressivo desenvolvimento. A explicação para o fato é dada por fatores aparentemente antagônicos: transformação do processo de produção agrícola e formas de reprodução da agricultura familiar, surgindo novo tipo de agricultura – a agricultura em tempo parcial. As palavras de Schneider (2011) revelam mudanças recentes da agricultura familiar e transformação do processo produtivo e organização familiar do trabalho.

Sobre a agricultura familiar, o relato do Sr, Francisco, responsável pela administração da agricultura familiar, mostra avanços e dificuldades do turismo rural. A demanda é razoável na alta estação, feriados longos, a exemplo, carnaval, semana santa e férias escolares. As dificuldades se dão pela falta de incentivos de técnicos da secretaria de turismo, em estabelecer oportunidades para os pequenos agricultores, de forma que possam oferecer hospedagem familiar os turistas. Entre as dificuldades, acesso aos pontos turísticos, pois as estradas de acesso não são asfaltadas, fazendo com que os turistas deixem os carros em locais longínquos do destino.

Em entrevista com proprietário<sup>10</sup> de pequeno negócio, senhor de 53 anos afirma que a maior geração de renda se dá pelo artesanato. Conta que abandonou a agricultura para se dedicar ao artesanato, pela falta de incentivo à venda dos produtos agrícolas e agora planta apenas para a subsistência da família.

Fatores que o levou ao abandono da agricultura familiar, como fonte de renda, é que pequenos agricultores vendem terras pressionados pela especulação imobiliária, sendo que os novos donos não permitem que os mesmos façam uso do solo para plantio.

Apesar das dificuldades na manutenção do “roçado” segundo o entrevistado, planta-se fava e milho para venda em feiras. Informa que os órgãos

---

<sup>10</sup>Sr. José de Sousa Araújo.

públicos dão suporte aos agricultores, o mais atuante a Ematerce. A falta de associações relaciona-se aos próprios agricultores, pois muitos não conseguem entender sua importância e lutam para resolver o problema de todos, o que fragiliza o desenvolvimento do grupo.

Assim, há mudanças na agricultura familiar, no que se refere à troca da produção agrícola pelos produtos de artesanato. A pluriatividade parte do enfoque familiar para exploração do mercado e as relações de produção, é o resultado de negociações entre indivíduos e famílias e resposta às mudanças no ambiente socioeconômico. Transcorre daí a complexidade do fenômeno, do qual emergem processos articulados à unidade familiar de produção, mas também do ambiente externo.

Os proprietários do Balneário Lagoa Bar relatam que trabalharam na cidade de Fortaleza por 15 anos, e há seis iniciaram as atividades em propriedade herdada dos pais, vivem da venda do artesanato. Há três anos, começou, nos finais de semana, o turismo rural oferecendo atividades de “pesque e pague”, futebol society e venda de refeições. O proprietário pretende hospedar turistas quando concluir a obra (Figura 26).

**Figura 26 – Balneário Lagoa Bar em Palmácia**



Fonte: Própria autora.

Os produtos da agricultura são de subsistência, com o excedente vendido em feiras, hortaliças, cheiro-verde.

Desse modo, segundo Mattei (2008, p.414), há integração crescente da agricultura com setores da economia. Mattei explica que a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho agrícola de tal forma que atividades, antes exercidas pelas pessoas, agora se individualizam, liberando mão de obra no interior das famílias. A integração vertical padroniza os sistemas produtivos para atender os mercados segmentados e também “nichos de mercado”, provoca crescimento dos índices de flexibilidade e informalidade do trabalho rural, que se traduz em aumento do número de agricultores e familiares ocupados em atividades que já não estão mais diretamente relacionadas à produção agrícola especificamente.

Mattei (2008) complementa afirmando que o processo possibilita à pessoa conjugar papéis, fazendo-os pluriativos, dando ao agricultor duplo caráter: de empregado e de trabalhador por conta própria ao mesmo tempo. No caso, trabalho por conta própria e pluriatividade não são como podem parecer, resíduo da situação anterior, mas novo fenômeno, ligado ao desenvolvimento rural contemporâneo, em que a agricultura é cada vez menos um setor com o próprio mercado de trabalho.

O fato percebe-se com ênfase nas cidades de Palmácia e Pacoti, onde o artesanato, como componente de renda entre as famílias dos agricultores, vai se tornando atividade primária, em detrimento do cultivo de produtos agrícolas. Na pesquisa de campo, observam-se oficinas, como a da figura, na comunidade de Pernambucozinho. Nessa comunidade, agricultores afirmam que a agricultura de subsistência é instável, pois como depende do clima, é afetada pela seca prolongada, no estado, comprometendo a produção do Maciço. Muitos complementam a renda com atividades não agrícolas, artesanato, sendo que alguns revelam, em meio a conversa, que têm como principal meio de subsistência a produção artesanal, a agricultura é produzida em pequena escala, apenas para o próprio consumo. Figura 27 apresenta oficina de artesanato.



**Figura 27 – Oficina de artesanato em Palmácia**



Fonte: Própria autora.

O artesanato é a atividade normalmente transmitida de geração em geração. Em Palmácia, a manufatura resulta da ampliação do consumo que levou o artesão a aumentar a produção: ele trabalha em casa e vende os produtos a terceiros. Surgem pequenas fábricas, com assalariados, sem controle sobre o produto do trabalho. Figura 28 apresenta artesão com os produtos.

**Figura 28 – Artesão expondo as peças produzidas**



Fonte: Própria autora.



A dificuldade apontada pelos artesãos é não poder comercializar diretamente com os clientes, pois a maioria repassa a atravessadores. Para mudar a realidade, agricultores, com apoio do Escritório da Ematerce, buscam a fundação ou associação que agregue artesãos e possibilite o escoamento da produção, a preços atraentes, anulando, assim, a necessidade de atravessadores entre produtor e cliente.

Terços são produtos comercializados, sobretudo nos centros de romaria, Canindé e Rio Grande do Norte. De acordo com o comércio, aproximadamente 12 mil unidades mensais de terços enviam-se aos centros.

Explica Ferreira (2005, p. 44) que, na realidade brasileira, os problemas vividos pelas “populações rurais afetam inclusive a produção artesanal, o que não quer dizer que essa importante expressão cultural esteja morrendo”, e a produção artesanal tem se adaptado aos apelos da época, conforme as condições da sociedade.

É inegável que a cultura está sempre em transformação como coisa viva que é. Mas pode-se afirmar que o atual processo de produção se modifica, gerando um grande dilema para o artesão: ele tem necessidade de modernizar seu produto para sobreviver, mas, por outro lado, não pode perder seus traços identitários (FERREIRA, 2005: p. 44).

Frente às dificuldades de desenvolvimento da agricultura familiar, surgem novos e alternativos mecanismos de geração de emprego e renda, de uma forma participativa, em que todos buscam melhores condições de vida e de trabalho para famílias carentes. Nesse contexto, percebe-se o surgimento de movimentos sociais com objetivo de criar modos alternativos de ocupação e renda que garantam melhores condições para as famílias, estimulem a economia e despertem o espírito solidário da comunidade.

### 3.5 TURISMO RURAL EM COMUNIDADES COM AGRICULTURA FAMILIAR

O turismo desenvolve-se em Baturité, Palmácia, Pacoti e Guaramiranga, com predomínio do turismo rural. Baturité destaca-se por ser mais urbanizada e portadora da maior diversidade de serviços, instituições e equipamentos urbanos, órgãos oficiais, CREDE, SINE, Centro Integrado de Gestão Regional.

Em Guaramiranga, constata-se dinâmica transformação do espaço geográfico, sobretudo pelo melhor aproveitamento do lazer e turismo, o que gera

desenvolvimento econômico e mudanças espaciais. A influência da prática do lazer e fluxos turísticos contribuem para dinamização dos espaços turísticos dos municípios do Maciço.

Lugar de lazer e segundas residências são atrativos turísticos, festivais, espetáculos culturais para turistas e residentes. Estudo permite entendimento de motivação pela prática do lazer que, por sua vez, motiva a gradual ocupação do Maciço, com residências de veraneio e lazer de fim de semana, principalmente pela classe rica de Fortaleza em convencionais segundas residências.

Despreparo e falta de infraestrutura dos pequenos agricultores dificultam oferecimento de serviços turísticos, é que são médios e grandes empreendimentos que atendem turistas. Para a agricultura familiar, o Governo Federal indica os seguintes critérios: núcleo familiar estabelecido, máximo de dois empregados assalariados e propriedade com, no máximo, quatro módulos rurais<sup>11</sup>.

Na cidade de Palmácia, o turismo rural está atrelado à agricultura familiar, ainda de forma incipiente, pois se trata do que preconiza a lei sobre ser agricultura familiar, estabelecimento com até quatro módulos.

A agricultura familiar, pela falta de incentivos e pela escassez de chuvas, é uma atividade secundária inviabilizando o turismo rural. Figura 29 apresenta sítios para turismo.

---

<sup>11</sup> O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/content/perguntas-frequentes-0>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

**Figura 29– Sítio Arapuça em Palmácia**



Fonte: Própria autora.

O proprietário do sítio Arapuça<sup>12</sup>, de 72 anos, produz banana, caju, macaxeira e hortaliças. Pequeno restaurante utiliza matéria-prima produzida no sítio.

O sítio Arapuça recebe, todos os finais de semana, grande quantidade de turistas da Região Metropolitana de Fortaleza, embora não ofereça hospedagem. O empreendedor faz severas críticas ao governo, pela falta de incentivo e de pavimentação das estradas de acesso, o que dificulta o turismo rural na região. Ele deseja oferecer, em futuro próximo, hospedagem a turistas. Diz-se que a agricultura familiar, na região do Maciço, é bastante precária, desarticulada, sem apoio de governos, necessita de investimentos para poder oferecer serviços turísticos. Além das belezas naturais, as experiências com o turismo rural valorizam as cidades do Maciço.

Em Pacoti, o turista desfruta das belezas naturais no meio da floresta densa, exuberantes cachoeiras, riachos e cascatas situadas em área de mananciais hídricos, verde vegetação com paisagem formando cenário único, encantamento do turista.

A cidade conta com eventos, por exemplo, Festival das Flores. As flores produzidas são comercializadas em eventos culturais e feiras de flores. Pacoti é um potencial para a atividade turística, por organizada com respeito à lei orgânica do município.

---

<sup>12</sup> Sr. Vilemar Lucena

Em entrevista, o proprietário<sup>13</sup> de pequeno empreendimento de Pacoti, apesar de região propícia ao turismo rural e desenvolvimento da agricultura familiar, os pequenos proprietários sempre esbarram na burocracia e na falta de incentivo pelos governos. Afirma ainda que a estrutura da propriedade foi construída com recursos próprios, pois os juros de financiamento são altos. O proprietário apresenta o sítio lamentando a falta de empenho do gestor público. Figura 30 apresenta Sítio Vila Chalés. Na Figura 31, chalé do empreendimento.

**Figura 30 – Sítio Vila Chalés/ Pacoti**



Fonte: Própria autora.

---

<sup>13</sup> Sr. Vilemar Lucena.



**Figura 31 – Sítio Vila Chalés/ Pacoti**



Fonte: Própria autora.

O estabelecimento conta com cinco chalés e produz sistematicamente banana, jaca, tangerina e hortaliças, exclusivas para consumo dos turistas, e a produção excedente é vendida nos pequenos restaurantes.

Meio de hospedagem é o Chalé Nosso Sítio ou Sítio Pau D'Alho. Trata-se de equipamento bem estruturado, com 10 chalés e 12 apartamentos, além de ampla área verde, fazendinha e oferta de lazer. Figuras 32 e 33 apresentam acomodações do Chalé Nosso Sítio.



**Figura 32 – Chalé Damasco**

Fonte: <http://chalenossosito.com.br/>

**Figura 33 – Chalé Mostarda**

Fonte: <http://chalenossosito.com.br/>



O espaço conta com restaurante e fazendinha, conforme Figura 34.

**Figura 34 – Restaurante do Chalé Nosso Sítio - Pacoti**



Fonte: Própria autora.

Entre as opções de lazer, destaca-se passeio de cavalo e charrete, trilhas, piscinas, pesca esportiva, pedalinho, passeio de bicicleta, parede de escalada, fazendinha, plantação de flores, beach tênis, quadras de vôlei e futebol, hortas, playground, entre as atrações. Nas Figuras 35 e 36 opções de lazer do Chalé.



**Figura 35 – Fazendinha no chalé Nosso Sítio em Pacoti**



Fonte: Própria autora.

**Figura 36 – Passeio no lago**



Fonte: Própria autora.

Em Pacoti, o desenvolvimento do turismo rural é bastante expressivo, segundo produtor de chuchu na região. A agricultura familiar, assim, pela falta de incentivo e pela escassez de chuvas, se torna atividade secundária.

## 4 CONCLUSÃO

Os municípios estudados fazem parte de rota turística com demanda crescentes no Ceará. O turismo rural ganha espaço entre segmentos de destaque: turismo de sol e praia e de negócios e eventos, carros chefe da atividade. As cidades do Maciço de Baturité atraem demandas turísticas crescentes, sobretudo pelas particularidades climáticas e pelos atributos das cidades pequenas.

No Maciço, o solo é produtivo, gera benefícios econômicos que contribuem para melhoria das famílias, nem sempre com conservação do ambiente e das comunidades rurais, pois o capitalismo é o modo de produzir que impacta o ambiente e discrimina classes sociais. A realidade é visível: famílias ricas têm casas como segundas residências e famílias de agricultores vivem do trabalho.

A agricultura familiar é praticada com dificuldades pelos pequenos produtores, pela escassez de chuvas regulares que trazem consequências devastadoras ao estilo de vida e bem-estar das comunidades rurais, pela falta de políticas públicas voltadas de forma articulada para o desenvolvimento sustentável. Buscam-se alternativas para geração de renda em atividades secundárias, artesanato e turismo rural. A produção é ameaçada pelas pragas biológicas e pela falta de incentivo de governo que não dá suporte aos pequenos produtores para o desenvolvimento da atividade.

Há integração das atividades agrícolas com não agrícolas, turismo rural e artesanato. Agricultores familiares tendem a conciliar atividades tradicionais de agricultura. A falta de incentivo dos governos acentua o abandono a atividades tradicionais do meio rural, produção agrícola e surgimento de alternativas econômicas que giram em torno da oferta de serviços no turismo, restaurante, balneário e produção artesanal.

As alterações fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada, segundo estratégia única baseada na agricultura. Com isso, as fontes de renda das famílias são múltiplas, a agricultura apenas uma delas, em muitos casos, nem sequer mais importante. O fundamental a destacar é que, com a liberação da mão-de-obra familiar para atividades não agrícolas, antigos membros familiares não remunerados acabam ocupando-se da condição de empregados, visto que cada vez maior a dificuldade de parte significativa das famílias rurais de sobrevivência com produção agropecuária voltada para o mercado.

A oferta de turismo rural associa-se à agricultura familiar e desenvolve-se por meio da oferta de espaços para a prática de esportes, por exemplo, rapel, trilhas ecológicas, “pesque e pague” entre outros, e pela oferta da gastronomia típica, evidente a oferta de artesanato, como forma de incremento da renda dos pequenos agricultores.

Os municípios estudados, Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia, trabalham com a agricultura familiar, mais evidente na cidade de Pacoti, onde o cultivo de flores e cereais tem tônica maior. Em Palmácia, desenvolve-se com maior ênfase o artesanato e o turismo, sendo a agricultura familiar complemento das atividades. Todas as cidades desenvolvem o turismo rural articulado com a atividade da agricultura familiar.

Lazer e turismo contribuem para a dinamização da economia. Os empreendimentos turísticos estão, em grande parte, localizados nos municípios de Guaramiranga e Pacoti. Os festivais de música, gastronomia e flores são essenciais à atração de turistas para a região.

O turismo rural possibilita a valorização da agricultura familiar, uma vez que o modo de vida do lugar torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da autoestima da população. Os jovens, com ideais de mudança, se inserem na atividade como forma de permanência no campo. Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem a identidade e autenticidade. Desencadeia-se o resgate de valores, costumes, códigos: orgulho na ascendência, lembrança de histórias, resgate da gastronomia, exibição de objetos antigos, antes velhos e inúteis, modo de falar, vestimenta, saberes restituídos ao cotidiano transformado em atrativo típico tido como marca de lugar interessante para turismo.

As cidades, em maior ou menor grau, cultivam frutas e hortaliças, comum o cultivo de banana, predominante em todas as regiões do Maciço.

Em Guaramiranga, a rota do café estimula o turista a fazer passeio pelos principais pontos de produção do café sustentável no Maciço, onde o visitante conhece o processo de produção do café de sombra, ou seja, cultivo do café sombreado por florestas, ecologicamente considerado mais correto. Cafeicultura e bananicultura são cultivos de maior representatividade do município.

Em Pacoti, a cultura do chuchu sobressai em relação ao cultivo de hortaliças e frutas. Também cultiva em menor escala banana, tangerina, limão e goiaba.

Em Palmácia, a geração de renda se dá pelo artesanato. Segundo relatos, entrevistado conta que abandonara a agricultura para se dedicar ao artesanato, pela falta de incentivo na venda dos produtos agrícolas e agora planta apenas para a subsistência da família. Os produtos cultivados se agregam ao turismo rural, pela oferta gastronômica em pequenos empreendimentos.

No entanto, há preocupações com crescimento dos núcleos urbanos sem planejamento, pois os residentes manifestam receio ao aumento da violência.

Por fim, as transformações decorrentes das atividades de lazer e turismo, sobretudo em Guaramiranga e Pacoti, produziram impactos positivos e negativos no ritmo de vida dos residentes e na produção econômica.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 17-56.
- AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: UFRP, 2001. p.1-9. Disponível em: <[http://www.qpublic.info/sites/default/files/biblioteca/denru\\_agribrasil.pdf](http://www.qpublic.info/sites/default/files/biblioteca/denru_agribrasil.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipangaçu – RN**. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2005.
- ALEGRE, E. Estructura de las explotaciones agrárias y externalización del proceso productivo: implicaciones para el debate sobre el proteccionismo. **Revista de Economía**, Madrid, n. 666, p. 101-117, feb.1989.
- ALENTEJANO, P R R. **O que há de novo no rural brasileiro?** São Paulo: Terra Livre, 2000.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ALTIERI, M. **Agroecologia – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- AMORA, Miguel Távora. **Breve estudo sobre a história de Baturité**. Fortaleza: SDLR, 2009.
- ANTUNIASSI, U. R.; VELINI, E.D.; OLIVEIRA, R.B.; PERES-OLIVEIRA, M.; FIGUEIREDO, Z.N. Sistemas de pulverização aérea para controle curativo da ferrugem da soja. **Engenharia Agrícola**, Jaboticabal, v. 31, n. 4, p. 695–703, jul./ago.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eagri/v31n4/08.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.
- ARÃO, Márcia Regina Mariano de Sousa. **Orçamento participativo em Fortaleza: práticas e percepções**. – 2012. 128f. : Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade), Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. **A regionalização do turismo nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do plano de desenvolvimento sustentável da região turística (PDSRT) do meio-norte - 2013**. 143f: Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa de desenvolvimento do turismo no nordeste**. Brasília: Memorando, 2005.

BARÉA, N. M. M. dos S.; MIORIN, V. M. F. Desenvolvimento: das dimensões teóricas do conhecimento à Geografia Rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 86-109. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/trabalhos/barea\\_e\\_miorim.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/trabalhos/barea_e_miorim.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BARTLETT, P. Part-tíme farming: saving the farm or saving the lyfestyle? **Rural Sociology**, v. 51, n. 3, p. 289-313, 1986.

BASTOS, Frederico de Holanda. **Guaramiranga**: propostas de zoneamento e manejo ambiental. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE: 2005.

BATISTA, Arnaldo Parente Leite. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2001.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Unicentro, 2004.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e Prodetur**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: UFC, 2010.

BLUM, R. A agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.57-103.

BRASIL. **Lei 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p.

\_\_\_\_\_. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Compaq/Downloads/Programa\\_Nacional\\_de\\_Turismo\\_na\\_Agricultura\\_Familiar.pdf](file:///C:/Users/Compaq/Downloads/Programa_Nacional_de_Turismo_na_Agricultura_Familiar.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BUAINAIN, Antônio Marcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.10, p. 312-347, jul./dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BUCKUP, L. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Porto Alegre, março, 2006 [Documento Online]. Disponível em: <<http://www.nossofuturoroubado.com.br/old/1006te%20mono.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2017.



CAMPOS, José Arimateia. **Aspectos histórico-econômicos, geoambientais e ecológicos do Maciço de Baturité**. Fortaleza: CEPEMA, 2000.

CARDONA, O. D. La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo. Una crítica y una revisión necesaria para la gestión. **Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina**. 2001.

Disponível em:

<[http://www.desenredando.org/public/articulos/2003/rmhcvr/rmhcvr\\_may-08-2003.pdf](http://www.desenredando.org/public/articulos/2003/rmhcvr/rmhcvr_may-08-2003.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2015.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p.53-75, out. 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CAVALCANTE, A.M.B.; GIRÃO, J.B.C. História da área de proteção ambiental da serra de Baturité. In: PINHEIRO, D.R.C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: desafios e discussões**. Fortaleza: ABC, 2006. p.365-382.

CEARÁ. **Maciço de Baturité**. Plano de desenvolvimento regional. Fortaleza: Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, 2002. Disponível em: <[http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/desenv\\_regional/gerados/PDR\\_Macico\\_Baturite.pdf](http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/desenv_regional/gerados/PDR_Macico_Baturite.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2015.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 189 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 2 ed. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

COSTA FILHO, José Sales. **Maciço de Baturité**: plano de desenvolvimento regional (PDR). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

CRIBB, A. Y.; CRIBB, S. L. S. P. Gestão cooperativista e verticalização agroindustrial: estratégias para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v.1, n.2, p. 110-119, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.dge.apta.sp.gov.br/publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo\\_Agricultura\\_Familiar\\_12.pdf](http://www.dge.apta.sp.gov.br/publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo_Agricultura_Familiar_12.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2015.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa empírica em ciências humanas**. São Paulo: Futura, 2001.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, Lisboa, v.42, n.84, p.47-65, 2007. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1421/1117>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FARIAS, Almeida de Francisco Marcélio. **Nossa história de Conceição à Guaramiranga**. Fortaleza: Gráfica e Editora Fortaleza, 2001.

FERRARI, Irazy; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2002.

FERREIRA, Assuéro. Celso Furtado e o Nordeste: da invenção criadora no GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In: Alencar Júnior, José Sydrião de. (Org.). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

FERREIRA, A. B. de H.; FERREIRA, M. B.; ANJOS, M. dos. (Coord.) "Rural". In: **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p. 1866.

FERREIRA, S. R. B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEOgraphia**, Londrina, v.8, n. 16, p. 57-82, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/204/196>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FONTENELE JUNIOR, Armando Matos. **Percepção socioambiental**: a visão de turistas e residentes de Guaramiranga-CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 2004. Disponível em: <[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16304/1/2004\\_dis\\_amfontenelejunior.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16304/1/2004_dis_amfontenelejunior.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

FREIRE, Luciana Martins; SOUZA, M. J. N. Geografia e Questão Ambiental no Estudo de Paisagens de Exceção: o exemplo da Serra de Baturité - Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n.2, p. 129-150, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/5230>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FREIRE, L.M. SOUZA, S.J.M. Paisagens de exceção: problemas ambientais configurados pelo uso e ocupação da terra no município de Mulungu – CE. **Cadernos de Cultura e Ciência**, Crato, v.2, n.2, p.1-13, maio/2007. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/123/84>>. Acesso em: 28 set. 2016.

FUSCALDI, k. C. Políticas de apoio à agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Revista sociedade e desenvolvimento rural**, Brasília, v.4, n. 1, p.13-27, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/>>. Acesso em 04. Abr. 2012.

GASQUES, José G.; VERDE, Cartos M. Vilia. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80**. Brasília: IPEA, 1990.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

GONÇALVES, M. A. Analogia e escrita etnográfica. In: \_\_\_\_\_. **Traduzir o outro**: etnografia e semelhança. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

GOODMANN, D.; SORJ, B., WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Regional - PDR do Maciço De Baturité**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2002.

GREEN, R.; SANTOS, R. **Economia de red y reestructuración dei sector agroalimentario**. Paris: INRA, 1991.

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. O.; HERINGER, R. (Eds.). **A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Actionaid/Ford Foundation, 2011. p. 321-342.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

HESPANHOL, I. Potencial de reúso de água no Brasil: agricultura, indústria, município e recarga de aquíferos. In: MANCUSO, P. C. S.; SANTOS, H. F. (ed.). **Reúso de água**. São Paulo: Manole, 2002. p. 37-95.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Brasília: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Canal @Cidades - Palmácia**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231010&search=ceara|palmacia|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 set. 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL. **Panoramas do Turismo Rural**. 2014. Disponível em: <<http://www.idestur.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Geossocioeconômico: um olhar para as Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará**. ALBUQUERQUE, E.L.S.; SOUZA, M.J.N.; MEDEIROS, C.N.; SOUSA, F.J.; LIMA, K.A. (Orgs.). Fortaleza: IPECE, 2014. 174 p. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil\\_Geossocioeconomico.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil_Geossocioeconomico.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Ceará, descubra essa alegria. **Jornal Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://plus.diariodonordeste.com.br/descubra-o-ceara-macico-do-baturite/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

JORNAL O POVO. Da serra ao mar. **Jornal O Povo**. Especiais. Disponível em: <<http://especiais.opovo.com.br/daserraaoamar/macicodebaturite/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>>. Acesso em: 14 set. 2016.

LINDOSO, D.; DEBORTOLI, N.; PARENTE, I.; EIRÓ, F.; ROCHA, J.D.; RODRIGUES FILHO, S.; BURSZTYN, M. Vulnerabilidade socioeconômica da agricultura familiar brasileira às mudanças climáticas: o desafio da avaliação de realidades complexas. IPEA, **Boletim regional, urbano e ambiental**, p.21-31, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/101129\\_boletimregional4\\_cap3.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/101129_boletimregional4_cap3.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

LUCENA. Romina Batista de; SOUSA. Nali de Jesus de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950'00. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n.2, p. 180-200, ago. 2001. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1313/1680>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MACIÇO DE BATURITÉ. **Maciço de Baturité**: Ceará. Fortaleza: Quadricolor, 2003.

MALUF, R.S. **Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina**: um roteiro de temas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.

MARTINS, Cátia. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável** - o papel da arquitetura vernacular. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1937/1/Turismo%20rural%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MATTEI, L. Mudanças nas regras de financiamento do PRONAF. **Artigos mensais OPPA**. Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-4, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files/017%20-%20OPPA.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

MAYORGA, Maria Irlles de Oliveira. **Análise econômica da agricultura familiar no sertão semi-árido do Nordeste**. 1980. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1980.

MAYORGA, F.D.O.; KHAN, A.S.; MAYORGA, R.D.; LIMA, P.V.P.S. Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do sertanejo: o caso das comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no município de Tauá, Ceará. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 01, p. 111-132, jan/mar.2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v42n1/20925.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de. **Uma análise psicossocial das relações de trabalho dos catadores de material reciclável organizados em cooperativas de reciclagem**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

MENDES Juliana Soares. **Políticas e práticas de informação em processos de desenvolvimento no Brasil**: o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR no Ceará e em Pernambuco. 2012. 336 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11176?mode=full>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AFRÁRIO. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Out. 2013. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p

MOTA, D. M.; SCHMITZ H. Pertinência da categoria rural para análise do social. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr. 2002. Disponível em: <[www.editora.ufla.br/revista/26](http://www.editora.ufla.br/revista/26)>. Acesso em: 22 jan. 2016.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. **A (re)produção do espaço do maciço de Baturité**: análise das políticas de desenvolvimento urbano-regional. 2008. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NAVARRO, Zander. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de política agrícola**. Ano XIX - Edição Especial Aniversário do Mapa – 150 anos. Brasília – DF, p. 107-118, Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-politica-agricola/revista-de-politica-agricola-edicao-especial-150-anos-2010.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória**: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2815/1/2006\\_Dis\\_CEVNogueira.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2815/1/2006_Dis_CEVNogueira.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

OLIVEIRA, J. A. M.; BRAGA, E. M.; DIAS, P. M.; ZACHARIAS, F.; MARANHÃO A.G.; MENDES, P. A. C.; MOURA FILHO, B. J. Avaliação da adoção das tecnologias usadas pelos produtores de caprinos e de ovinos tropicais dos estados da Bahia, Piauí, Pernambuco e Ceará. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2., 1995, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR/SBSP, 1995. p.128-147.

OLIVEIRA, Paulo Roberto A. Turismo, desterritorialização, políticas públicas e rebatimentos nas áreas periféricas de Fortaleza – CE. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, 16., 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2010. p.14-36.

\_\_\_\_\_. Planejamento regional e políticas públicas de turismo na macrorregião turística Serras Úmidas/Baturité, Ceará, Brasil. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n.3, p. 318-330, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/view/480/451>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PAULO, Sullivan Barbosa de. **Caminhos para a convivência com o semiárido**: agricultura camponesa e segurança alimentar no sertão de Quiterianópolis – CE. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em:

<[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16902/3/2015\\_dis\\_sbpaolo.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16902/3/2015_dis_sbpaolo.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2015.

PONTE, K. F. da. (Re) pensando o conceito do rural. **Revista Nera**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 20-28, jan./jul. 2004.

PORTO, Luana Cavalcanti. **Cortes e recortes do turismo no maciço de Baturité – CE**: reflexões a partir da avaliação do Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR). 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. **Agricultura familiar na zona sul do Rio Grande do Sul**: caracterização socioeconômica. Documentos 87. EMBRAPA, Outubro, 2002.

PORTUGAL, A.D. O desafio da agricultura familiar. São Paulo: FGV, 2004.

PROJETO ARIZONA. **Uso e utilidade: um estudo comparativo dos sistemas de previsão climática em regiões da América Latina afetadas pela seca**. Parceria Brasil e Estados Unidos, 2002, 51p.

PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR. **Programa Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/atuar/pronaf.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

RIGOTTO, R.M.; CARNEIRO, F.F.; MARINHO, A.M.C.P.; ROCHA, M.M.; FERREIRA, M.J.M.; PESSOA, V.M.; TEIXEIRA, A.C.A.; SILVA, M.L.V.; BRAGA, L.Q.V.; TEIXEIRA, M.M. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.6, p.1533-1542, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a17.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ROCHA, Elayne Cristina S. **A expansão e o desenvolvimento do turismo em Fortaleza, e seus reflexos na capacitação de mão-de-obra**. 2000. 89 f. Monografia (Bacharelado em Administração), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

ROMERO, José P.; ROMERO, João C. P. **Cafeicultura prática**: cronologia das publicações e dos fatos relevantes. São Paulo: Agronômica Ceres, 1997. 400p.

SABINO, Maria Jordana Costa. **A vulnerabilidade da agricultura familiar nos municípios do Ceará**: o caso do Maciço de Baturité. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2013. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10107/1/2013\\_dis\\_mjcsabino.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10107/1/2013_dis_mjcsabino.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SACHETO, Raquel. Agropolos: sustentabilidade para agricultura familiar. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 20-21, jan./mar.2006. Disponível em: <<http://inovacao.scielo.br/pdf/inov/v2n1/a12v2n1.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.



SALVODI, A; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun.2010.

SANCHES, A.C; SILVA, A.P; TORMENA, C.A; RIGOLIN, A.T. Impacto do cultivo de citros em propriedades químicas, densidade do solo e atividade microbiana de um podzólico vermelho-amarelo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 23, p.91-99, 1999.

SANTOS, M. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUTICEC, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p.99-121, 2003.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pólo de Baturité: perfil da demanda turística**. Fortaleza: SEBRAE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Experiências em um cafezal**. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/95b73d4622653ba853dc8db9a5cd96bb/\\$File/5853.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/95b73d4622653ba853dc8db9a5cd96bb/$File/5853.pdf). Acesso em 24 nov. 2016.

SECRETARIA DO TURISMO DO CEARÁ. **Indicadores Turísticos**. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores%202013.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SILVA, José Borzacchiello da. **As cidades do maciço de Baturité: natureza, paisagem, turismo, imagem**. Fortaleza: UFC, 2005.

SOUZA, Luíz Henriques de. **A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal**. 2006. 330 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo), Universidade de Aveiro, 2006. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1590/1/2008001761.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

SOUZA, M. J. N. de. et al. **Zoneamento ambiental da APA da Serra de Baturité: diagnóstico e diretrizes**. Fortaleza: Semace, 1992.

\_\_\_\_\_. Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará. In: LIMA, L.C.; SOUZA, M.J.N.; MORAIS, J.O. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

\_\_\_\_\_. Compartimentação Geoambiental do Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; et al (Org.) **Ceará: um Olhar Geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. p. 127-140.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 261-300.

SOUZA, R. P. de. **Competitividade da produção de leite da Agricultura Familiar: os limites da exclusão**. 2011. 247 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SOUZA FILHO, M. F.; COSTA, V. A. Manejo integrado de pragas na cultura da manga. In: ROZANE, D. E.; DAREZZO, R. J.; AGUIAR, R. L.; AGUILERA, G.H.A.; ZAMBOLIM, L. (Ed.). **Manga: Produção integrada, industrialização e comercialização**. Viçosa: UFV, 2004. p.339-376.

STOTZ, Eduardo Navarro. Os limites da agricultura convencional e as razões de sua persistência: estudo do caso de Sumidouro, RJ. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v.37, n.125, p., jan./jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572012000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100014)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

TERLUIN, Ida. Theoretical framework of economic development in rural regions. In: **Employment dynamics in rural Europe**. Cromwell Press: Trowbridge, 2000.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

VALE, Victor Hugo Amâncio. **Proposta de desenvolvimento ecoturístico em Guaramiranga/CE**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2006.

VEIGA, J. E. da. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA, 2001. 108 p. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300010)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento e crescimento econômico. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, abr. 2003.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: UFMG, 2000. p.1-18. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Uma nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p. 31-44.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. **Turismo no espaço rural: ensaio de uma tipologia e outros conceitos**. Curitiba: CRV, 2011.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos agricultores familiares

**I – IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

1. Denominação da Propriedade:
2. Município:

**II – IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO (A)**

4. Nome:	Idade:
5. Como é conhecido(a) na comunidade:	Sexo: ( ) M F ( )

**1. Quem trabalha na sua propriedade?↑**

- Somente a família ( )
- Trabalhadores assalariados ( )

**2. O que você produz?**

---



---



---

**3. Você necessita de empréstimos para manter ou aumentar sua produção?**

↑SIM ( ) NÃO ( )

**4. Qual o tamanho de sua propriedade?\_\_\_\_\_**

**5. Você produz para atender o mercado (feira) ou é comercializado somente o excedente de sua produção?↑**

---



---

**6. Toda a sua renda vem da comercialização de seus produtos?↑**

SIM ( ) ↑NÃO ( )

**7. Qual a sua renda com a comercialização?:**

---

**8. Você conhece algum sistema de Crédito Agrícola fornecido pelo Governo?**

a) Conhece ( ) b) Não Conhece ( )

**9. Você já se beneficiou por algum micro crédito do Governo?**

a) Sim ( ) b) Não ( )

**10 Como você avalia o sistema de crédito do Governo?**

a) Ótimo ( ) b) Bom ( ) c)Regular ( ) d) Ruim ( ) Não soube avaliar

**11. Qual a importância do Pronaf para a Agricultura Familiar?**

---

---

---

**12. Existe Assistência Técnica para a elaboração dos projetos utilizados para captação do crédito Agrícola:**

a) Existe ( ) b) Não existe ( )

Em caso afirmativo: Qual? \_\_\_\_\_

**13. O senhor conhece o que seja o turismo rural?**

---

**14) Em sua propriedade o senhor pratica o turismo rural? Como?**

---

---

**15) Em caso afirmativo, qual tipo de insumos e atrações o senhor oferece para o turismo rural ?**

---

---

## APÊNDICE B – Termo de autorização para pesquisa na Ematerce



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-PROPGPQ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS –  
MPGNT**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ – EMATERCE**

Eu, Maria Auxiliadora Marcolino da Silva, aluna regular do programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT da Universidade Estadual do Ceará – UECE, sob a orientação da Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, venho solicitar a autorização aos dirigentes desta instituição para realizar uma pesquisa junto a

---

A investigação objetiva analisar o desenvolvimento da agricultura familiar e do turismo rural no Maciço de Baturité. Para isso, será necessário o contato com profissionais técnicos da referida unidade no sentido da concessão de uma entrevista sobre a temática acima exposta e também a coleta de informações sobre o tema em epígrafe.

Informamos que, pelo rigor ético da pesquisa, as informações referentes à identidade dos colaboradores, assim como desta instituição será preservada por volta da análise e tratamento escrito dos dados coletados.

Acreditando que a presente investigação possibilitará reflexões que contribuirão para o conhecimento e posterior desenvolvimento de políticas públicas para a questão contamos com a sua valorosa colaboração para a coleta dos dados mencionados.

Atenciosamente,

Maria Auxiliadora Marcolino da Silva

Fortaleza 20 de julho de 2016



## APÊNDICE C - Questionário - EMATERCE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-PROPGPQ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS –  
MPGNT**

**QUESTIONÁRIO - EMATERCE**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Cargo \_\_\_\_\_

Graduação \_\_\_\_\_

Tempo de atuação na Instituição \_\_\_\_\_

Tempo de atuação no cargo \_\_\_\_\_

1) Existe uma catalogação dos municípios do Maciço de Baturité que trabalham com a agricultura familiar? Em caso positivo, quais são esses municípios?

---

---

---

---

---

2) Desde quando é realizado o trabalho com a agricultura familiar no Maciço de Baturité?

---

---

---

---

3) Qual o perfil das famílias que fazem esse tipo de agricultura?

---

---

---

---

3) Quais as exigências necessárias para ter o apoio e incentivos por parte da EMATERCE para o desenvolvimento da agricultura familiar no Maciço de Baturité?

---

---

---

---

4) Os agricultores que desenvolvem a agricultura familiar produzem para atender o mercado (feira) ou é comercializado somente o excedente de sua produção?

---

---

---

---

5) Quais os produtos da agricultura familiar no Maciço de Baturité?

---

---

---

---

6) Devido às especificações características de cada região, dentro os 13 municípios que compõem o Maciço, quais produtos são comuns entre essas regiões?

---

---

---

---

---

---